

Relatório de Gestão Exercício 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 187/2020 e do Guia para elaboração de Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado (TCU, 3ª edição, 2020).

Toda regulamentação interna e materiais mencionados ao longo do relatório podem ser acessados em detalhes no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, www.tre-ap.jus.br.



Sumário

FALA DO PRESIDENTE	4
.....	
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	6
.....	
GOVERNANÇA ESTRATÉGICA	11
.....	
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	19
.....	
GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	23
.....	
GESTÃO DE PESSOAS	31
.....	
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	39
.....	
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (T.I)	42
.....	
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	48
.....	
GESTÃO DE CUSTOS	49
.....	
GESTÃO JUDICIÁRIA	53
.....	
ANEXO I	57
.....	
ANEXO II	68
.....	

Fala do Presidente

É com grande satisfação que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e em observância às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta seu relatório referente ao exercício de 2020, na forma de Relato Integrado; na certeza de que é um instrumento de accountability resultante da Governança Pública.

A alta gestão do TRE-AP tem a consciência de que a Governança Pública, através de seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, tem papel fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição e consequentemente, e que julgamos ser o mais importante, a geração de valor à sociedade.

O TRE-AP buscou assegurar o alcance dos resultados almejados e o fortalecimento dos controles internos nas rotinas de trabalho, apesar da tipicidade vivida em 2020. A missão foi árdua, gerir a organização em meio a uma pandemia e um período crítico de apagão elétrico, e ainda assim realizar uma eleição peculiar de 03 (três) turnos com excelência foram tarefas que exigiram muito da administração e de todos os seus servidores.

A elaboração deste relatório além de ser uma forma de prestar contas e conferir transparência aos atos praticados por este órgão, também é uma oportunidade de reflexão institucional, na medida em que revisita os planos traçados, objetivos alcançados e dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2020.

Este relatório traz os resultados e os avanços alcançados pelo TRE-AP a partir da estratégia elaborada ao longo do ano de 2020.

Por tudo isso, é lícito reconhecer que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão que tem se aperfeiçoado continuamente em gestão pública, bem como para a implementação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública. Conferindo, assim, eficácia aos esforços despendidos no cumprimento de sua missão institucional.

A Justiça Eleitoral do Amapá tem pautado suas iniciativas em ações planejadas e voltadas para “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”. Os resultados que vem sendo alcançados refletem o intenso trabalho de priorização do planejamento institucional, de valorização das pessoas e do compromisso em levar o Tribunal ao mais elevado nível de atuação estratégica.

Finalizamos 2020 sobre um alicerce sólido, construído com muito empenho e comprometimento institucional, que funcionará como base para a continuidade das ações estabelecidas. Muitos projetos foram implantados e outros se iniciaram seu curso, mas espero que todos deixem marcas indeléveis de sua relevância na história desta Instituição.

O sucesso virá do empenho com que nos entregarmos à tarefa, e da energia da aliança do servir que nos une. E com esse espírito de união as eleições municipais de 2020 foram realizadas, com a excelência que é característica do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e da Justiça Eleitoral.

Por fim, com uma gestão calcada em modernas técnicas e um corpo de magistrados, servidores e colaboradores motivados, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá busca vencer os desafios visando “SER RECONHECIDO PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE” e assim buscar atender aos anseios da sociedade.

Macapá-AP, 22 de fevereiro de 2021

Des. Rommel Araújo de Oliveira

Presidente do TRE/AP

Biênio: março/2019 a fevereiro/2021

Visão Geral Organizacional

Atuação da Justiça Eleitoral no Amapá

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 10 (dez), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.



MISSÃO

GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA.



VISÃO DE FUTURO

SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE.



VALORES INSTITUCIONAIS

ÉTICA, IMPARCIALIDADE, TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, CELERIDADE e COMPROMETIMENTO

Estrutura Organizacional

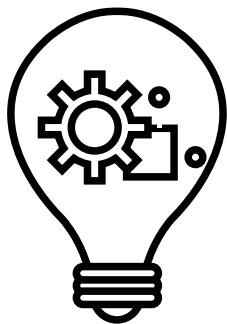
A estrutura organizacional e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005, regulada pela Resolução TRE/AP nº 406/2012 (regulamento da Secretaria) guarda simetria com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, aplicáveis a todos os tribunais regionais eleitorais, com fundamento na Resolução TSE nº 22.138/2005.



Modelo de Negócios

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteados pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os primeiros macroprocessos delineados foram os finalísticos e estão em fase de estudos o delineamento dos macroprocessos de apoio e gerenciais:



MACROPROCESSOS

DE APOIO

São processos transversais que apoiam outros processos internos, sendo indispensáveis para a gestão efetiva do negócio. Administram os recursos da instituição e viabilizam o funcionamento coordenado dos vários subsistemas da organização.

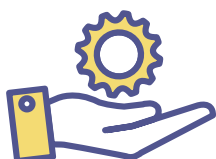
GERENCIAIS

Medem e orientam a gestão da organização. Os processos enquadrados nesta categoria estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento de metas.

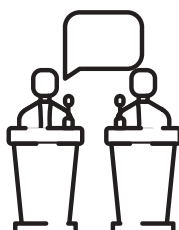
FINALÍSTICOS

Estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.

Prestação de
Serviços ao
Cidadão



Logística do
Processo
Eleitoral



Prestação
Jurisdicional
Eleitoral



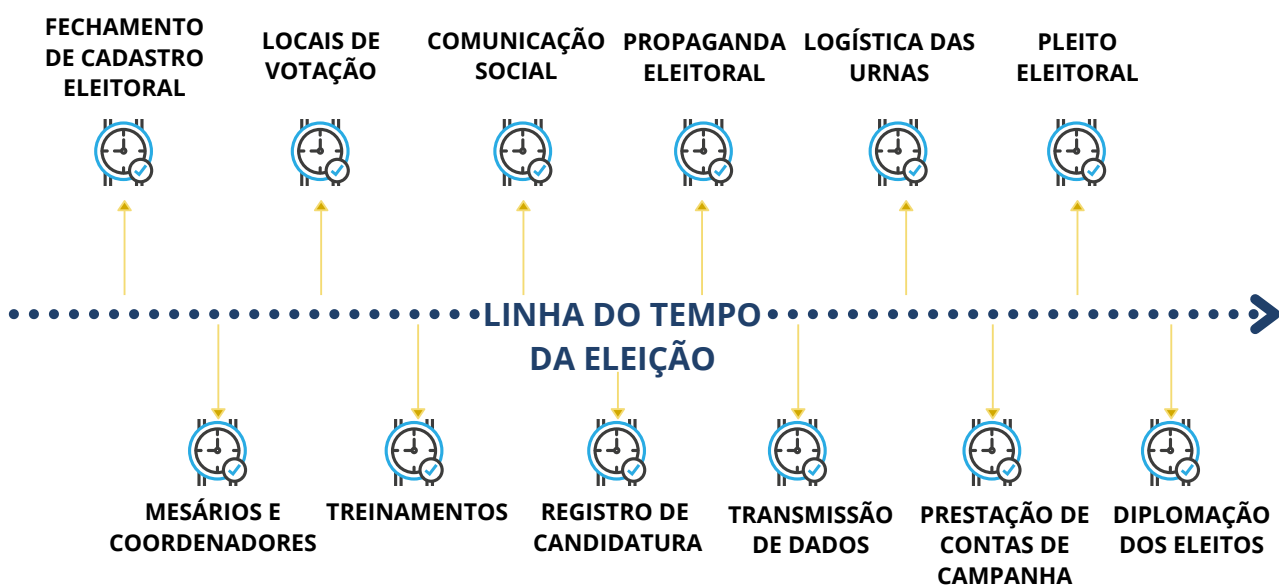
Prestação de Serviços ao Cidadão e aos Partidos Políticos

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos aos eleitores e candidatos. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

SEVIÇOS AO CIDADÃO

- Alistamento Eleitoral
- Transferência de Domicílio
- 2ª Via de Título Eleitoral
- Revisão de Dados
- Emissão de Certidões
- Filiação Partidária

Logística do Processo Eleitoral



Prestação Jurisdicional Eleitoral

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: **1º Grau** (Juízes das Zonas Eleitorais) e de **2º Grau** (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, **atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.**

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

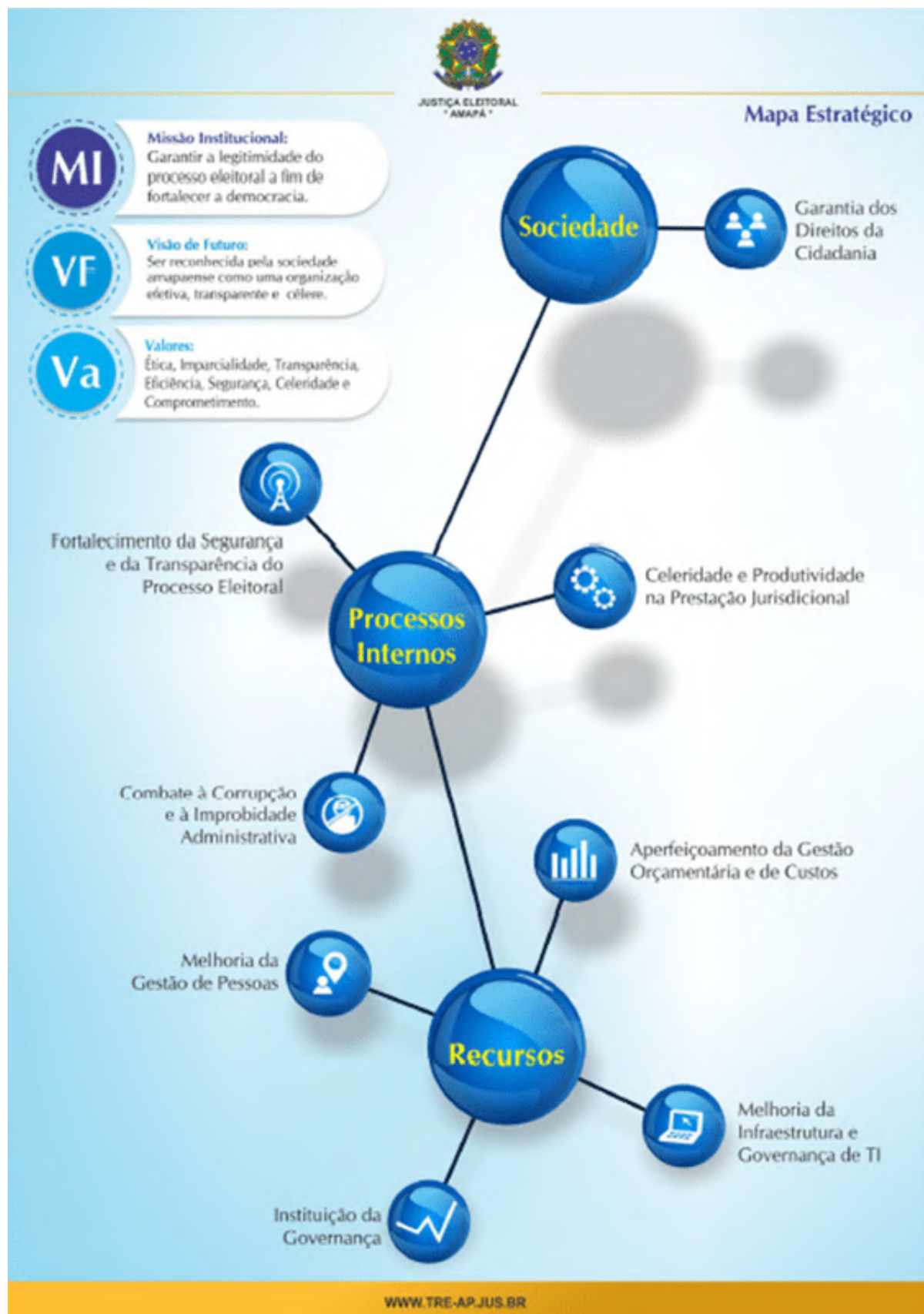
Cadeia de Valor

A cadeia de valor é resultante do levantamento de todas as ações ou processos necessários para gerar ou entregar produtos ou serviços aos usuários. É por intermédio dessa identificação encadeada que se tem uma melhor visão do valor ou benefício que se agrega em razão dos processos de trabalho.

A cadeia de valor da Justiça Eleitoral do Amapá ainda não possui formalmente a representação gráfica da cadeia de valor aprovada pelo pleno da Instituição.

Governança Estratégica

Planejamento Estratégico 2016/2021



O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 198, de 1º de julho de 2014, normatizou o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, incrementou a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2015/2020 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

No mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução nº 23.439, de 12 de março de 2015 que aprova o Planejamento Estratégico daquela Corte Eleitoral para o período de 2015 a 2020.

O **Planejamento Estratégico TRE-AP 2016/2021** é uma ferramenta de gestão, constitui-se em prática basilar da boa governança corporativa, por meio da qual os gestores asseguram uma atuação mais proativa e integrada com a realidade, possibilitando, assim, um melhor desempenho institucional, com elementos que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos.

Estruturas de Governança

A Governança conceitualmente é um mecanismo de avaliação, liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

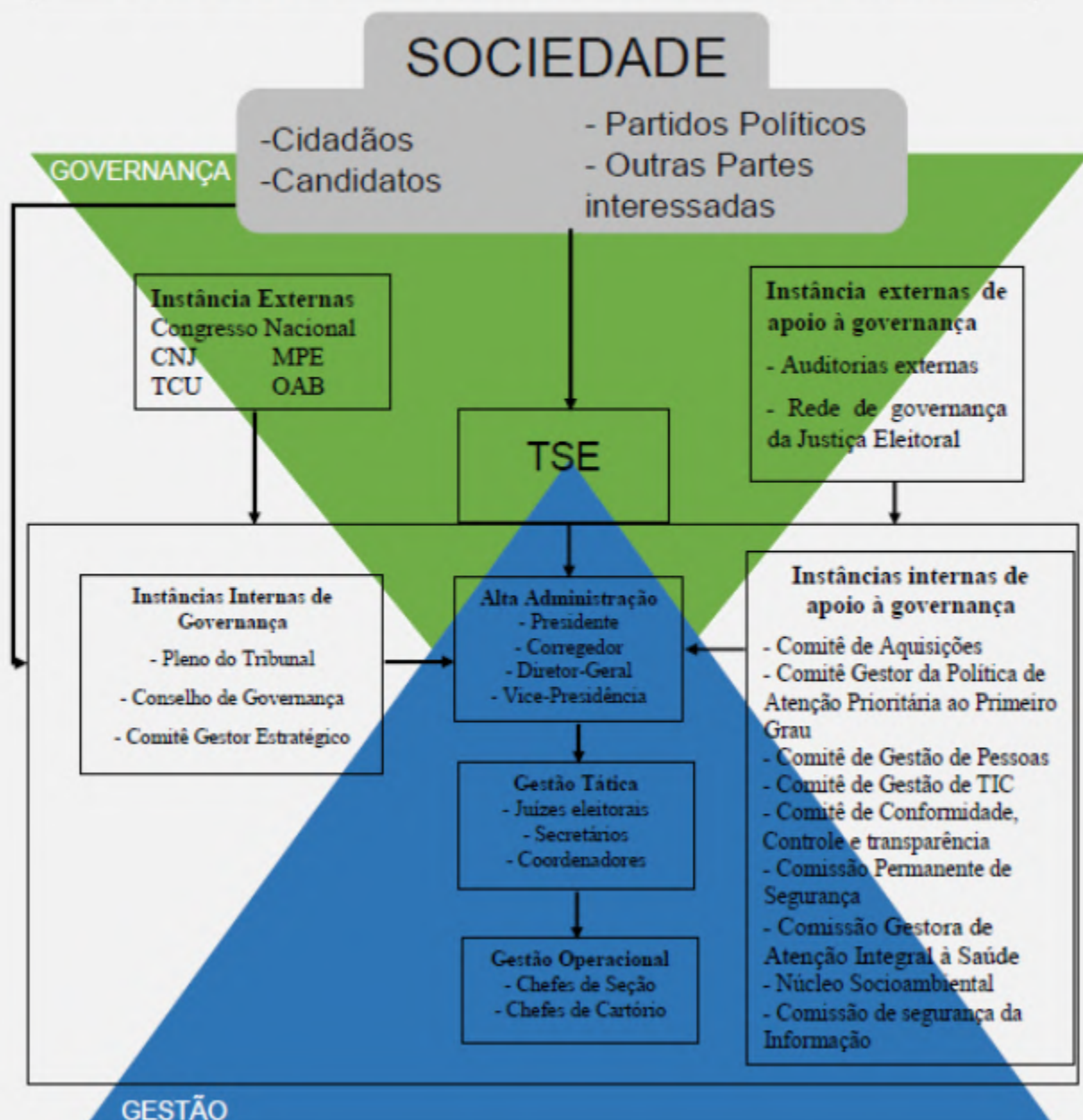
No mesmo sentido, a Gestão é o funcionamento da organização no contexto de estratégias, políticas, processos, normatização e procedimentos estabelecidos, sendo responsável pelo planejamento, execução, avaliação das ações, manejo dos recursos e poderes disponibilizados para consecução de seus objetivos.

Na Justiça Eleitoral do Amapá o Sistema Governança e Gestão compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Amapá, de modo a viabilizar a melhoria contínua.

São instâncias de governança internas: Tribunal Pleno, Conselho de Governança e Comitê Gestor Estratégico. Compõe o Conselho os ocupantes dos cargos de (1) Presidente do Tribunal, (2) Corregedor Regional Eleitoral, (3) magistrado indicado pelo pleno e o (4) Diretor-Geral.

Constam no Planejamento Estratégico 2016/2021, na perspectiva recursos, o macrodesafio Instituição da Governança e Governança de TI.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ



Pleno do Tribunal

Composição na data de 01/01/2020

Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos colegiados, sua composição está disposta no art. 120, § 1º da Constituição Federal. Possuem sede na Capital dos Estados e jurisdição em toda circunscrição estadual.

Especificamente são compostos por:

- **Dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça** do Estado, por este eleitos mediante voto secreto;
- **Dois Juízes, dentre os Juízes de Direito** de última entrância, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- **Um Juiz Federal**, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- por nomeação pelo Presidente da República, de **dois Juízes dentre seis advogados** de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos dentre os Desembargadores (Constituição Federal, Art. 120, §2º). A função do Corregedor Regional Eleitoral é exercida, cumulativamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Pleno do TRE-AP – Titulares			
Nome	Cargo	Início e Término	Biênio
Rommel Araújo de Oliveira	Presidente	08/03/2019 - 08/03/2021	Primeiro
Gilberto de Paula Pinheiro	Vice-Presidente	08/03/2019 - 08/03/2021	Primeiro
Jucélio Fleury Neto	Juiz Federal/Ouvidor Regional Eleitoral	28/01/2019 - 28/01/2021	Primeiro
Marcus Vinicius Gouvea Quintas	Juiz de Direito	14/05/2019 - 14/05/2021	Primeiro
Rogério Bueno da Costa Funfas	Juiz de Direito	23/07/2018 - 23/07/2020	Primeiro
Léo Alexandro de Lima Furtado	Jurista/Diretor da Escola Judiciária	29/06/2018 - 29/06/2020	Segundo
Jâmison Nei Mendes Monteiro	Jurista	30/05/2019 - 30/05/2021	Segundo
Joaquim Cabral da Costa Neto	Procurador Regional Eleitoral	- -	Primeiro

Composição Atualizada no Site 

Pleno do TRE-AP – Substituto			
Nome	Cargo	Início e Término	Biênio
Carmo Antônio de Souza	Desembargador	21/03/2019 - 21/03/2021	Primeiro
Manoel de Jesus Ferreira de Brito	Desembargador	25/04/2019 - 25/04/2021	Primeiro
Hilton Sávio Gonçalo Pires	Juiz Federal	28/01/2019 - 28/01/2021	Primeiro
Mário Euzébio Mazurek	Juiz de Direito	31/01/2018 - 31/01/2020	Primeiro
Keila Christine Banha Bastos Utzig	Juiz de Direito	08/07/2019 - 08/07/2021	Primeiro
Rivaldo Valente Freire	Jurista	28/01/2019 - 28/01/2021	Primeiro
Gabriela Valente Siqueira	Jurista	28/01/2019 - 28/01/2021	Primeiro

Plano de Logística Sustentável

Objetivos

O PLS do TRE-AP tem o objetivo de implantar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no âmbito do TRE-AP. Consiste em atender os objetivos estabelecidos nos Macro Desafios do Poder Judiciário gerando o mínimo de impacto no meio ambiente.

Legislação

O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 201 de março de 2015 determinou a todos os órgãos de Poder Judiciário a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), que deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

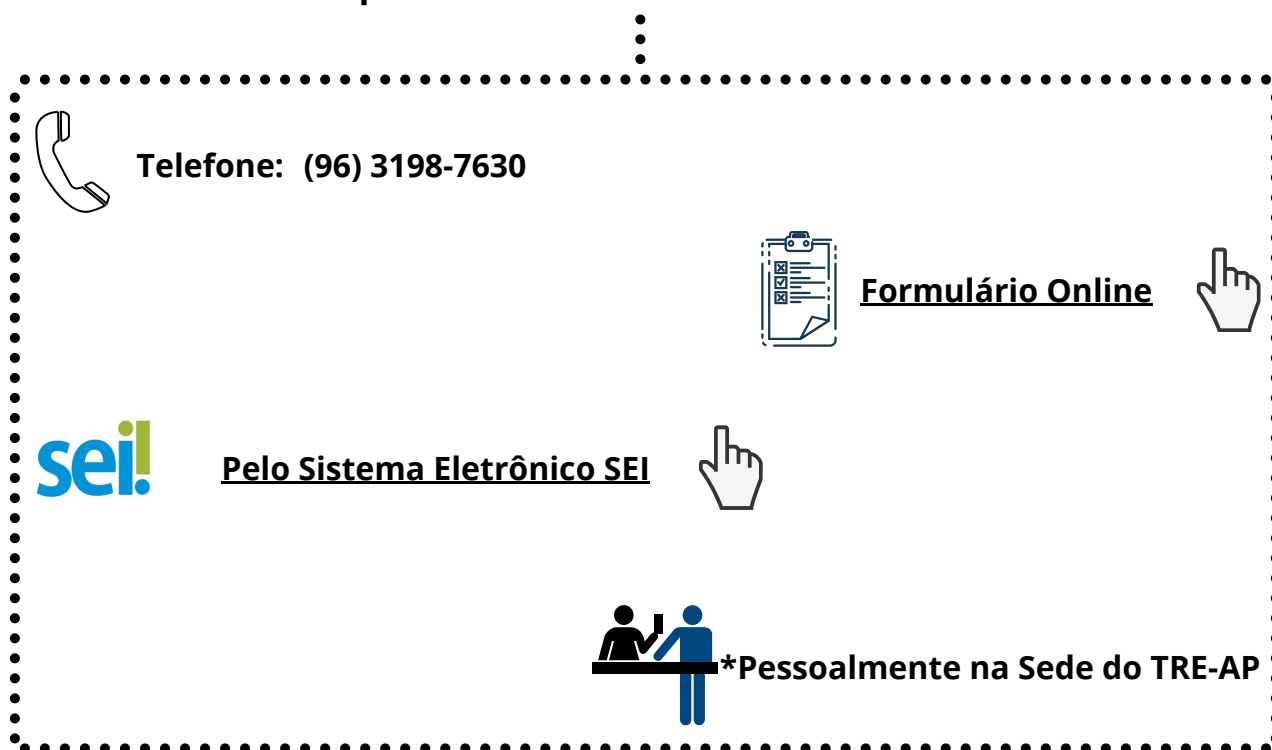
Plano de Logística Sustentável 2020



Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

A Ouvidoria do TRE/AP foi instituída com a missão de atuar como canal permanente de comunicação entre o eleitor e as unidades da Justiça Eleitoral, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo TRE/AP, e para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá.

Principais canais de atendimento ao cidadão

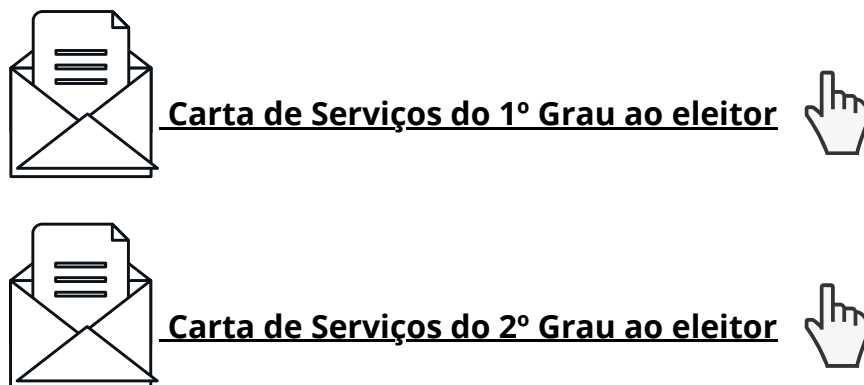


*Serviço prejudicado devido a Pandemia no ano de 2020

Cartas de Serviços ao cidadão

Objetiva informar ao cidadão sobre serviços prestados pelo TRE-AP, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Contempla dois formatos de divulgação:



Medidas para garantir a acessibilidade

Em atendimento à Resolução do TSE nº 23.381/12, artigo 11, que prevê a apresentação de relatório de acompanhamento das ações realizadas pelos Regionais, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE-AP vem apresentar relatório referente ao exercício de 2020.

Durante o ano de 2020, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão procurou, dentro do Projeto VOTAR SEM BARREIRAS, instituído pela Comissão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá-AP dar andamento e acompanhar a implantação das medidas de remoção de barreiras arquitetônicas, de comunicação, atitudinais e tecnológicas que vêm sendo implementadas gradualmente com o objetivo de garantir as pessoas com deficiências e mobilidade reduzida o direito ao acesso à Justiça Eleitoral e ao exercício do voto.

Cabe ressaltar os desafios impostos pela pandemia do COVID-19, que impactaram sobremaneira na realização das ações pretendidas para o ano de 2020, no tocante à promoção da acessibilidade e da Inclusão no âmbito de atuação da Justiça Eleitoral do Amapá.

Desta forma a Comissão de Acessibilidade e Inclusão teve o foco voltado no acompanhamento das medidas de implementação das barreiras arquitetônicas e ações especialmente para as Eleições 2020.

Expansão de aprimoramento de Coordenadores de Acessibilidade nos Locais de Votação

Nas Eleições de 2020, a Comissão com o apoio das zonas eleitorais, foram nomeados Coordenadores de Acessibilidade para atuar nos locais de votação, que foi priorizado já nas Eleições de 2018, cujo objetivo foi capacidade de minimizar os problemas relacionados à acessibilidade durante as eleições 2020.

Foram atribuições do Coordenador de Acessibilidade: orientar e acolher o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida no dia das eleições, monitorar o local de votação quanto às questões relativas à acessibilidade e fornecer aos eleitores atendidos formações pontuais acerca de seus direitos e como fazer para garanti-los.

Para Eleições de 2020 a Comissão de Acessibilidade e Inclusão em contatos com a Universidade Federal do Amapá conseguiu voluntários para atuar como interpretes de libras em alguns locais de votação.

Capacitação em Libras

Já no final de 2019 já visando as Eleições de 2020, e dando continuidade ao Projeto “Votar sem Barreiras”, o TRE-AP, por meio da Comissão de Acessibilidade e Inclusão e em parceria com a Universidade Federal do Amapá realizou o curso de Libras, níveis I, II, III, disponibilizado para todos os servidores da Casa e terceirizados. A proposta da Comissão é que essa capacitação seja uma prática contínua qualificando servidores e terceirizados e para um atendimento de excelência aos eleitores com deficiência.

Capacitação para as Eleições de 2020

Com apoio da EJE, os mesários e coordenadores foram treinados para atuar nas Eleições 2020.

Em parceria com a Assessoria de Comunicação da Presidência para divulgação constante de vídeos, posts e notícias sobre os serviços ligados aos eleitores com deficiência;

Recadastramento Biométrico

Campanha de divulgação da importância de exercer a cidadania com divulgação junto com a campanha do Final de Alistamento, com o objetivo de alertar os eleitores com deficiência ou mobilidade Reduzida sobre o prazo final para realização de todos os serviços junto a Justiça Eleitoral, Inclusive, o alistamento e/ou a transferência para uma seção de fácil acesso. Outro objetivo da Campanha foi ampliar o cadastro de eleitores com deficiência em seções de fácil acesso durante o recadastramento biométrico.

- Divulgação de spots voltados para os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida nas rádios dos municípios convidando os eleitores a fazerem a biometria o quanto antes, no caso dos municípios com biometria ordinária;
- Ampliar orientação aos atendentes, para preenchimento do sistema ELO, de forma a identificar o eleitor com deficiência e o direcionamento destes para seções de fácil acesso.

Por fim, pontuamos, que a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão vem atuando para garantir o pleno exercício da Cidadania das pessoas com deficiências através do exercício do voto.

Riscos Oportunidades e Perspectivas

Principais Riscos

RISCOS DE COMUNICAÇÃO Estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade);	RISCOS ORÇAMENTÁRIOS Eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.	RISCOS DE CONFORMIDADE Estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição;
RISCOS ESTRATÉGICOS: Estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico institucional	Fontes específicas de riscos 	RISCOS TECNOLÓGICOS Possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação;
RISCOS DE IMAGEM: Danos à reputação	RISCOS OPERACIONAIS Possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes);	RISCOS SOCIOAMBIENTAIS Risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;

Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

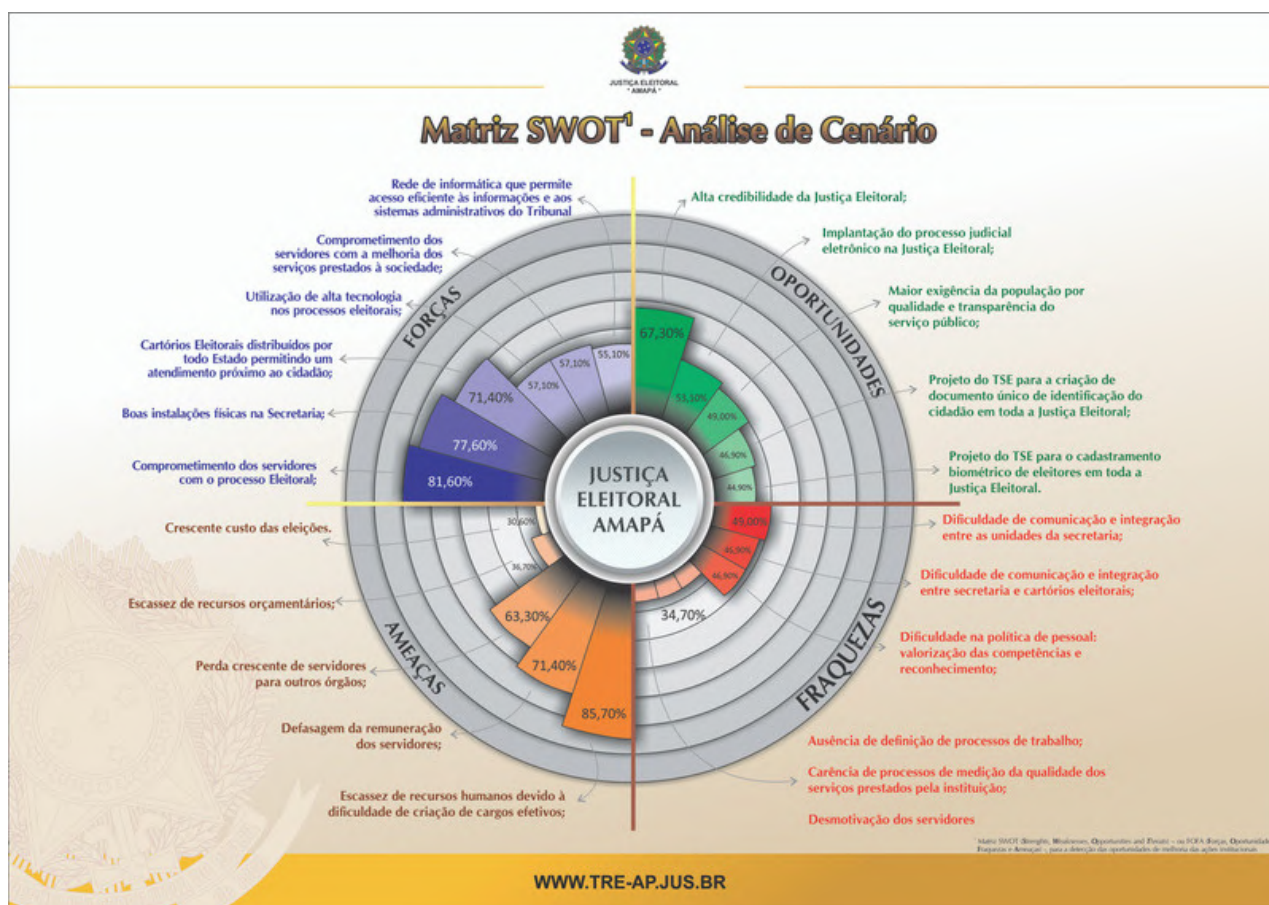
A organização deu um passo importante, em direção à implantação da gestão de riscos com a edição da Resolução TRE-AP nº 522/2018, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Para dar concretude foi criada a Comissão de Implementação da Política de Gestão de Riscos (Portaria TRE/AP 152/2019). Porém há carência do aprofundamento dos estudos face as diversas outras demandas existentes nem como a falta de capacitação dos principais envolvidos.

Principais Oportunidades

<https://www.tre-ap.jus.br/o-tre/mapa-estrategico>

As principais oportunidades foram catalogadas na matriz SWOT constante no planejamento estratégico 2016/2021. Tendo com destaques: (1) alta credibilidade da Justiça eleitoral e (2) Implantação do processo judicial eletrônico dentre outros.



Probabilidade de ocorrência de risco e oportunidade

Ainda não foi realizado estudo com método científico sobre a probabilidade de ocorrência de risco e do aproveitamento das oportunidades.

Dimensionamento da força de trabalho

Um dos principais desafios a ser enfrentado consiste no dimensionamento da força de trabalho, considerando-a nas dimensões quantitativas e qualitativas, objetivado manter o quadro de pessoal ao longo dos anos; otimizar o uso do capital humano; preparar (capacitar), alocar e direcionar os servidores de forma adequada; e manter o conhecimento acumulado (preparação de sucessores), sempre pensando nos desafios presentes e futuros da Administração Pública.

Por meio do dimensionamento da força de trabalho é possível identificar lacunas ou excessos e desenvolver estratégias de gestão de pessoas (realocação, contratação, desenvolvimento, terceirização, etc.) para solucionar os problemas encontrados.

Restrição orçamentária

Emenda Constitucional n. 95/2016, que limita por 20 (vinte) anos o aumento de gastos públicos impacta fortemente a necessidade de recomposição da força de trabalho do Tribunal, haja vista, inclusive, os impedimentos para nomeação de novos servidores e a aquisição de novos materiais, reformas, construção etc.

Virtualização processual – PJe

Com a implantação do PJe também no 1º grau de jurisdição, o TRE projeta agilizar a tramitação processual, gerar economia considerável de recursos financeiros e materiais (papel, toner e impressoras) e redimensionar a força de trabalho em algumas áreas (montagem e numeração de processos físicos, por exemplo). Por outro lado, espera-se também aumento da judicialização em razão da gratuidade da Justiça Eleitoral e da maior facilidade de peticionamento gerada pelo PJe. O tribunal está monitorando essas variáveis e promoverá os ajustes necessários de sua estrutura em razão da nova realidade.

ELEIÇÕES 2020 - O combate à desinformação, COVID-19 e o apagão

Resultado de Desempenho da Gestão

Desempenho Orçamentário-Financeiro

O Planejamento Estratégico do TRE/AP para o período 2016-2021 estabeleceu Objetivos Estratégicos visando a melhoria do desempenho institucional para período, dentre os quais o Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, sinônimo de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, estabelecendo-se uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TRE/AP:

Indicador	Periodicidade	Meta Prevista	Meta Apurada
Execução Planejada (Aderência)	Anual	78%	82%
Perdas Orçamentárias	Anual	8%	0%
Restos a Pagar a Inscrever (E.C. nº 95/2016)	Anual	9%	0%
Utilização do limite de Pagamento (E.C. nº 95/2016)	Anual	92%	0%

Notas:

1. Na análise dos indicadores, foram consideradas as despesas discricionárias, que envolvem gastos com a manutenção do órgão, tais como contratos, aquisição de materiais de consumo e permanente, etc;
 2. Execução Planejada: representa a parcela das Despesas Empenhadas em conformidade com a Previsão Inicial. O indicador é aferido com base na finalidade dos gastos.
 3. Perdas Orçamentárias e Restos a Pagar a Inscrever: busca-se atingir o menor percentual;
 4. Utilização do Limite de Pagamento: foram contempladas as despesas ocorridas no exercício e os Restos a Pagar das (Despesas Discricionárias), relativamente ao limite disponibilizados pelo TSE.
- Fonte: Tesouro Nacional

Gestão Financeira e Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2020 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá o valor de R\$ 55,74 milhões. Além do orçamento ordinário necessário à manutenção das atividades normais, o TRE/AP contou com Provisão de Créditos pelo Tribunal Superior Eleitoral para a realização das Eleições Municipais no montante de R\$ 9,16 milhões, resultando na Dotação Líquida de R\$ 64,90 milhões.

$$\begin{array}{lcl} \text{LOA + Créditos} & + & \text{Provisão Recebida} \\ \text{R\$ 55.741.356,00} & & \text{R\$ 9.161.387,00} \end{array} = \begin{array}{l} \text{Dotação Líquida} \\ \text{R\$ 64.902.743,00} \end{array}$$

Execução Orçamentária e Financeira

Os objetivos e metas propostos pela administração foram atingidos, demonstrando responsabilidade na gestão. Apesar da limitação orçamentária imposta pelo Novo Regime Fiscal, não houve prejuízo que inviabilizasse a gestão. Desse modo, as ações contempladas na LOA/2020, Créditos Adicionais e Provisão pelo TSE, foram executadas de forma satisfatória, atingindo os seguintes percentuais em relação à Dotação Líquida:

Dotação Líquida	
64.902.743	
Empenhado	%
63.538.349	97,9%
Liquidado	%
63.129.771	97,3%
Pago	%
63.101.759	97,2%

Fonte: Tesouro Gerencial

Publicado em <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/tre-ap-resolucao-cnj-no-102-2009-anexo-ii>

Execução da Despesa por Ação Orçamentária

97,9% da Despesa Empenhada

Ação Orçamentária	Dotação Líquida	Despesa Empenhada	%
Ativos Cíveis da União	32.286.637	31.290.457	96,9%
Aposentadorias e Pensões	3.012.928	2.990.071	99,2%
Contribuição da União	5.273.056	5.257.185	99,7%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	1.835.453	1.761.328	96,0%
Assistência Médica e Odontológica	1.464.950	1.464.950	100%
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	11.868.332	11.867.948	100%
Pleitos Eleitorais	9.161.387	8.906.410	97,2%
TOTAL	64.902.743	63.538.349	97,9%

Execução por grupo de Despesa em Comparação com 2019

GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento de Despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas (319011)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
30.806.530,58	30.219.025,50	30.806.530,58	30.219.025,50	30.806.530,58	30.219.025,50

Elemento de Despesa: Obrigações Patronais (319113)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
4.586.628,39	5.323.124,14	4.586.628,39	5.323.124,14	4.586.628,39	5.323.124,14

Elemento de Despesa: Demais Elementos do Grupo

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
9.450.837,93	7.032.420,80	4.880.594,82	6.623.843,64	4.880.594,82	6.623.843,64

Total do Grupo 1

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
40.656.724,08	42.574.570,44	40.273.753,79	42.165.993,28	40.273.753,79	42.165.993,28

GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES**Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039)**

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
5.018.483,63	5.339.210,21	4.861.810,80	5.339.210,21	4.860.485,09	5.339.210,21

Elemento de Despesa: Locação de Mão de Obra (339037)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
3.649.874,95	4.768.612,94	3.649.874,95	4.768.612,94	3.649.874,95	4.768.612,94

Elemento de Despesa: Demais Elementos do Grupo

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
4.994.794,46	7.674.834,02	4.975.452,26	7.674.834,02	4.975.452,26	7.674.834,02

Total do Grupo 3

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
13.663.153,04	17.782.657,17	13.487.138,01	17.782.657,17	13.485.812,30	17.782.657,17

GRUPO 4. INVESTIMENTO

Equipamentos e Materiais Permanentes (449052)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
964.893,14	2.362.559,37	753.238,04	2.362.559,37	729.721,17	2.362.559,37

Elemento de Despesa: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (449040)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
602.579,34	575.669,82	602.579,34	575.669,82	135.321,74	575.669,82

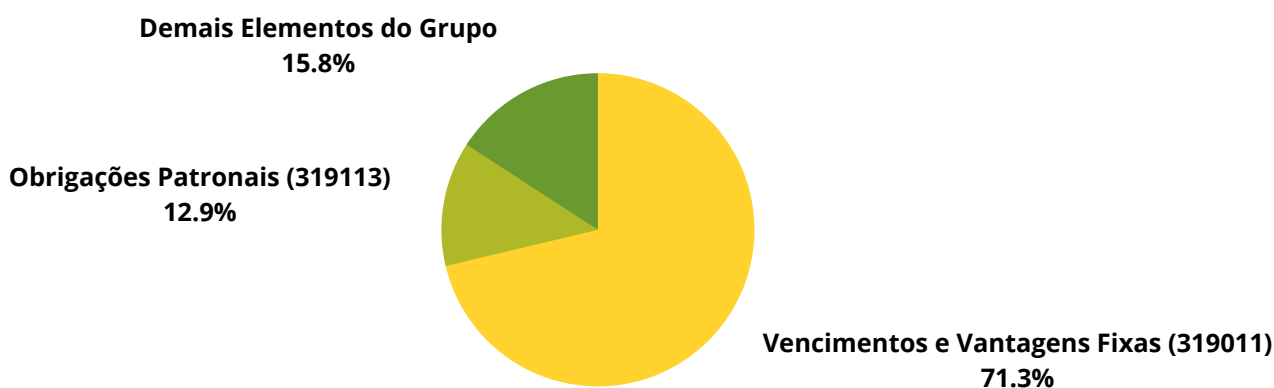
Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (449039)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
183.334,00	0,00	183.334,00	0,00	183.334,00	0,00

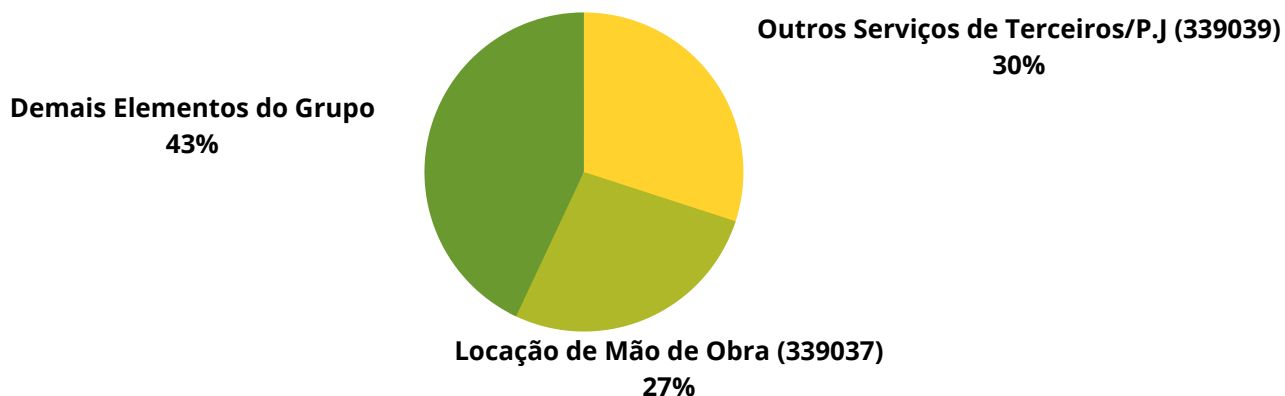
Total do Grupo 3

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
1.750.806,48	2.938.229,19	1.539.151,38	2.938.229,19	1.048.376,91	2.938.229,19

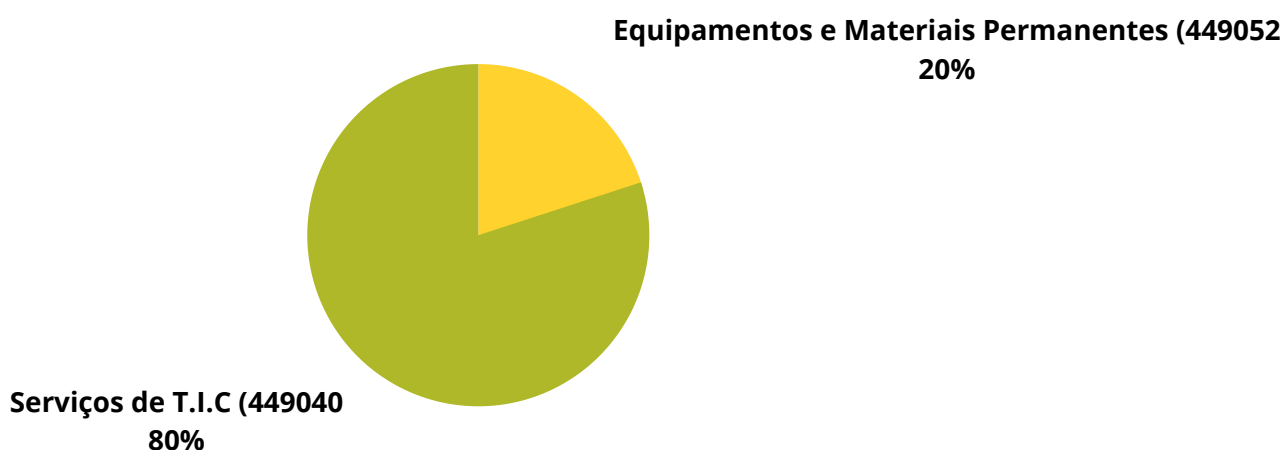
GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES



GRUPO 4. INVESTIMENTOS



Execução Restos a Pagar - em comparação com 2019

Especificação	Inscrito		Valores Pagos	
	2019	2020	2019	2020
Restos a Pagar Processados	492.100,18	28.011,72	38.705,28	492.100,18
Restos a Pagar não Processados	770.640,42	408.577,16	707.687,34	576.377,68
TOTAL	1.262.740,60	438.608,88	746.392,62	1.068.477,86

Houve uma redução significativa na inscrição de Restos a Pagar em relação ao exercício de 2019, em virtude do maior rigor quanto ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira, visando execução da despesa no próprio exercício, e consequentemente ajuste ao limite de pagamento imposto na Emenda Constitucional nº 95/2016.

Limite de Pagamento Determinado pela Emenda Constitucional 95/2016

O Tribunal Superior Eleitoral, coordena o processo orçamentário e financeiro dos Tribunais Regionais Eleitorais. Essa função central no processo decisório envolve a definição e divulgação dos limites de pagamento das respectivas unidades da Justiça Eleitoral. Através da Portaria TSE nº 48/2021 (publicada no DOU de 22/01/2021), foi divulgado o limite de pagamento das despesas primárias referente ao exercício de 2020 da Justiça Eleitoral.

Os valores pagos pelo TRE/AP no exercício de 2020 estiveram de acordo com o teto estabelecido na Portaria TSE nº 48/2021:

Tipo de Despesa	Limite (R\$)	Valor Pago (R\$)
Obrigatória	38.982.940,00	35.853.161,00
Discrecional	12.736.318,00	12.736.317,42
TOTAL	51.719.258,00	48.589.478,42

Desempenho dos Indicadores de Gestão

Desempenho Orçamentário-Financeiro

O Planejamento Estratégico do TRE/AP para o período 2016-2021 estabeleceu Objetivos Estratégicos visando a melhoria do desempenho institucional para período, dentre os quais o Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, sinônimo de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, estabelecendo-se uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TRE/AP:

Indicador	Periodicidade	Meta Prevista	Meta Apurada
Execução Planejada (Aderência)	Anual	78%	82%
Perdas Orçamentárias	Anual	8%	0%
Restos a Pagar a Inscrever (E.C. nº 95/2016)	Anual	9%	0%
Utilização do limite de Pagamento (E.C. nº 95/2016)	Anual	92%	0%

Notas:

1. Na análise dos indicadores, foram consideradas as despesas discricionárias, que envolvem gastos com a manutenção do órgão, tais como contratos, aquisição de materiais de consumo e permanente, etc;
2. Execução Planejada: representa a parcela das Despesas Empenhadas em conformidade com a Previsão Inicial. O indicador é aferido com base na finalidade dos gastos.
3. Perdas Orçamentárias e Restos a Pagar a Inscrever: busca-se atingir o menor percentual;
4. Utilização do Limite de Pagamento: foram contempladas as despesas ocorridas no exercício e os Restos a Pagar das (Despesas Discricionárias), relativamente ao limite disponibilizados pelo TSE.

Fonte: Tesouro Nacional

Os dados comprovaram que o TRE/AP ultrapassou todos os percentuais previstos nos indicadores orçamentários e financeiros, apontando para um excelente aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo resultados positivos na prestação do serviço desta Justiça Especializadas.

Desempenho Físico-Financeiro

O acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias, possibilitou mensurar a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, resultando no diagnóstico de Eficiência e Eficácia por meio de avaliações dos localizadores captados no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP:

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO/AÇÃO	ORÇAMENTÁRIO (EMPENHADO)	FINANCEIRO (PAGO)	PRODUTO	META FÍSICA PREVISTA NA LOA/2020	META FÍSICA REALIZADA
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.639.036	11.638.811	Eleitor atendido	504.121	517.102
	0002 - Capacitação de Recursos Humanos	228.912	228.912	Servidor capacitado	135	135
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0001 - Assistência Pré-Escolar	207.507	207.507	Pessoa beneficiada	30	29
	0003 - Auxílio Transporte	0	0	Pessoa beneficiada	1	0
	0005 - Auxílio-Alimentação	1.529.209	1.529.209	Pessoa beneficiada	133	141
	0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade	24.612	24.612	Não possui produto	Meta Física não prevista na LOA	
2004 - Assistência Médica e Odontológica	0002 - Assistência Médica e Odontológica	1.464.950	1.464.950	Pessoa beneficiada	489	505

Disponível em <https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/>

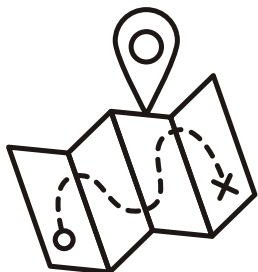
O desempenho físico-financeiro subsidiou o processo decisório de alocação e realocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2020. O resultado da avaliação dos indicadores, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstrou responsabilidade na gestão.

Transparência na Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal

Durante o exercício o Tribunal adotou medidas visando tornar público em seu sítio eletrônico informações referentes à gestão orçamentária, financeira e fiscal, através do ícone intitulado Transparência e Prestação de Contas, que se transformou em importante instrumento de gestão ao disponibilizar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações importantes sobre os referidos temas.

As publicações podem ser acessadas através do link <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>

Principais Desafios e Ações Futuras

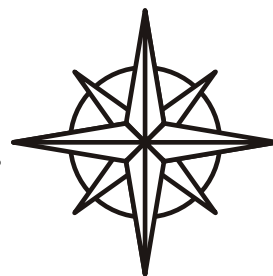


Desafios

- Manter em bom funcionamento a estrutura da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Estado, a despeito da limitação da despesa imposta pelo Novo Regime Fiscal;
- Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira;

Ações Futuras

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas dos Tribunais Regionais Eleitorais e TSE, na área de gestão orçamentária e financeira;
- Conscientizar os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade;



Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-AP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, TCU, CNJ, além daquelas que o próprio Tribunal edita.

Total de normas e legislações = 100

09 Leis, 08 Portarias, 50 Resoluções, 27 Instruções Normativas, 06 outros.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Acompanham-se as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CNJ), para os quais são ultimadas as providências visando o atendimento integral.

Diligências recebidas e acompanhadas em 2020.

Origem da Diligência	Quantidade	Processo Correspondente SEI
CNJ	1	0003382-69.2020.6.03.8000
TCU	2	0003219-89.2020.6.03.8000 0002764-27.2020.6.03.8000

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de trabalho na área de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Dentre os controles adotados destacam-se os listados abaixo:

1 - Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda

No ano de 2020, todos os servidores autorizaram seu acesso, nos termos da Lei 8.730/93 e (Instrução Normativa TCU n. 87/2020).

2 - Controle e Acompanhamento dos registros de informação no sistema e-Pessoal do TCU

Em 2020, houve nomeação de servidores para cargo efetivo e a concessão de aposentadorias e pensão, as quais foram devidamente informadas no sistema e-pessoal do TCU, na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

3 - Atendimento das determinações dos órgãos de controle

As determinações e recomendações oriundas dos órgãos de controle (TCU e CNJ) são acompanhadas e observadas por este Tribunal, na medida da sua aplicabilidade à Justiça Eleitoral.

4 - Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário

Todos os valores pagos indevidamente aos servidores, magistrados, aposentados e beneficiários de pensão civil foram objeto de processo visando a reposição dos valores ao Erário, nos termos de regulamentação interna (Res. TRE-AP 495/2017).

5 - Acompanhamento de concessões, licenças, frequência e benefícios

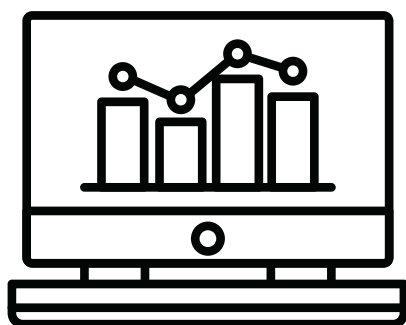
Todos os pedidos de concessão de licenças e benefícios são processados e analisados pelas unidades técnicas responsáveis do Tribunal.

6 - Acompanhamento da frequência e carga horária

Mensalmente é feito o acompanhamento e controle da frequência dos servidores, efetuando-se o respectivo desconto em folha de pagamento no caso de inconsistências.

Avaliação de Força de trabalho

A força de trabalho do TRE-AP é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.



Total: 344

Magistrados: 17

Servidores: 162

Estagiários: 39 (CEJE)

Terceirizados: 126 (CSG)

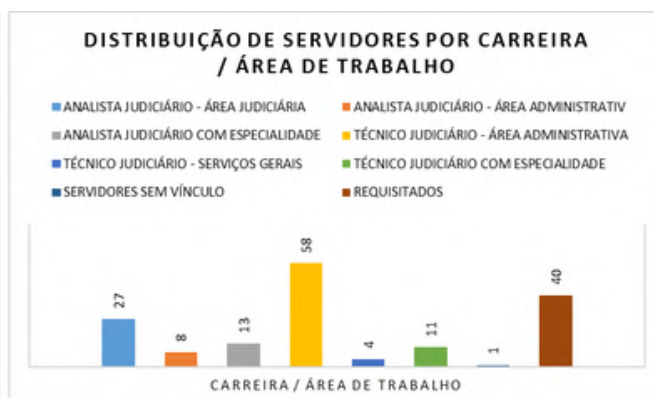
Quadro de Servidores

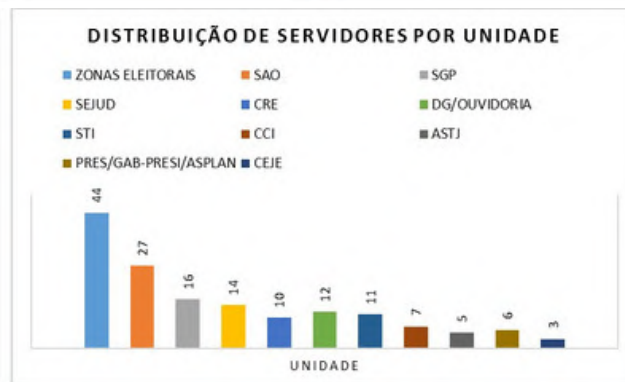
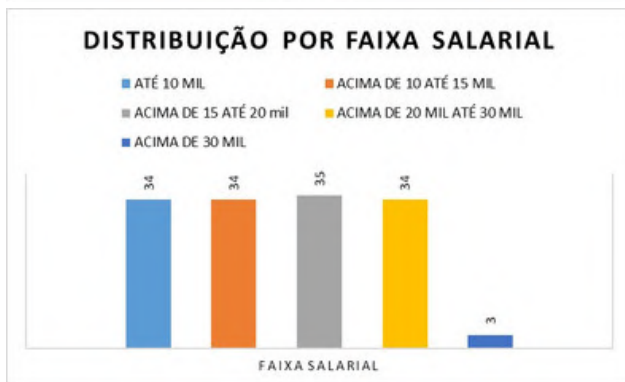
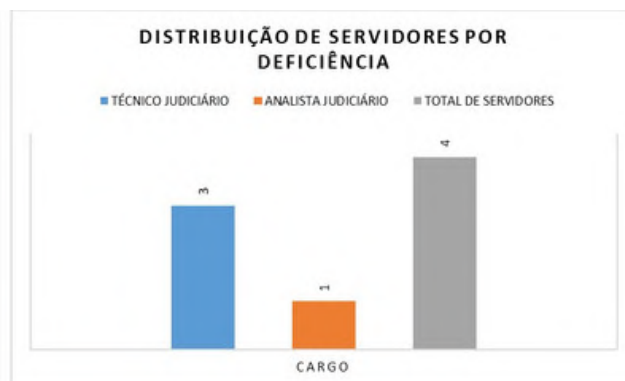
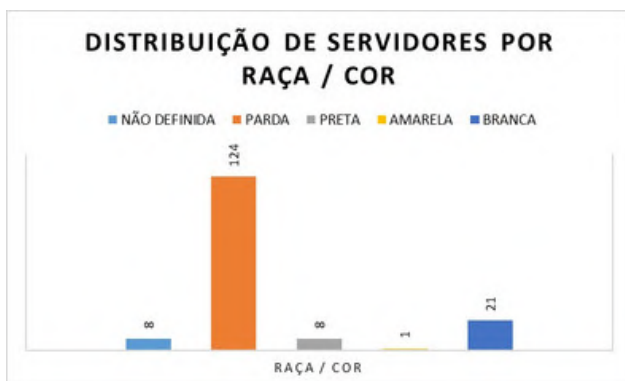
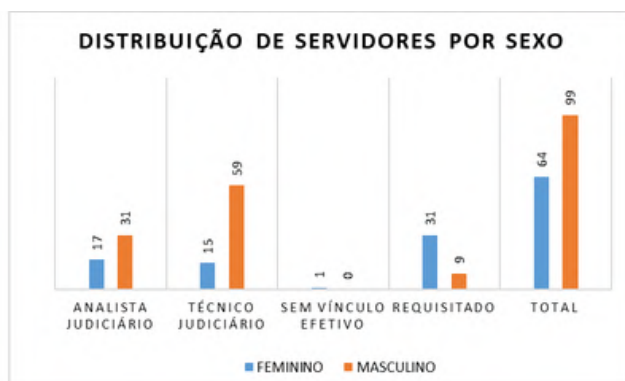
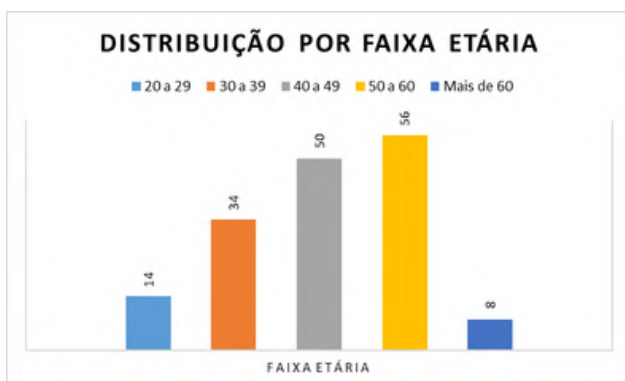
O quadro de **pessoal efetivo** da Justiça Eleitoral amapaense é constituído por servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário. Os cargos são estruturados nas seguintes áreas de atividade, nos termos da Lei 11.416/2006: área judiciária, área administrativa e área de apoio especializado.

Os servidores requisitados

que prestam serviço neste Tribunal têm sua requisição fundamentada na Lei 6.999/1982, Resolução TSE 23.527/2017 e Ac. TCU 199/2011 – Plenário. A requisição se assenta no diminuto quadro de servidores efetivos.

Abaixo, são apresentados dados de caracterização do quadro de servidores.



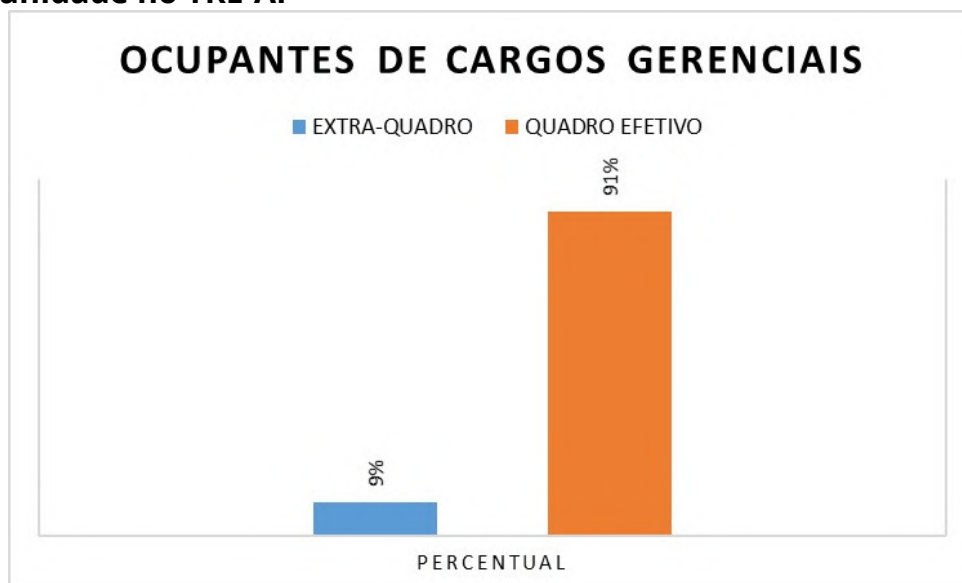


Notas:

(1) Dados extraídos do SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

(2) Faixa Salarial: total de servidores contidos na folha de pagamento: 140, sendo excluídos os 22 servidores requisitados que não têm função ou cargo.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupado por Servidores Efetivos e Igualdade de Oportunidade no TRE-AP



Os cargos gerenciais (cargos em comissão) são regulamentados pela Lei 11.416/2006, cuja norma define o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) destinados a servidores do quadro de pessoal do TRE-AP. O ano de 2020 foi marcado por um acentuado acréscimo da participação de servidores efetivos do quadro do TRE-AP na ocupação de cargos gerenciais.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O **recrutamento externo** da Justiça Eleitoral Amapaense é realizado através de concurso público, atendendo o regramento previsto na Constituição Federal de 1988, Lei 8.112/1990 e Resolução do TSE nº 23.391/2013.

O último concurso público realizado pelo TRE-AP foi realizado em 2015, com oferta de 6 vagas imediatas, sendo 2 (duas) vagas para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária e 4 (quatro) vagas para Técnico Judiciário – Área Administrativa, além da oferta de outras opções de especialidades em cadastro reserva. O certame teve sua vigência expirada em 17/12/2019.

Em 2020, dentro das regras de provimento estabelecidas pela Portaria TSE nº 671/2017, o TRE-AP promoveu o preenchimento de cargos vagos por meio de aproveitamento da lista de aprovados do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As **movimentações internas**, por sua vez, ocorrem mediante remoção (Instrução Normativa TRE-AP nº 13/2018) e alocação de pessoal, observando-se os claros de lotação e buscando observar, sempre que possível, o perfil profissiográfico do servidor em face das competências requeridas pela unidade a ser provida.

Situação de servidores com condições de aposentadoria

Em 2020, sete servidores estavam em condições de aposentadoria.

Detalhamento da Despesa de Pessoal (ativo, inativo e pensionista)

Evolução das Despesas de Pessoal e Justificativa para variação de valores

A despesa de pessoal na Justiça Eleitoral é peculiar à sua natureza. Há de se diferenciar os anos eleitorais dos não eleitorais.

Pessoal ativo: Em 2020 por ser ano eleitoral, o Tribunal teve um acréscimo nas despesas com pessoal ativo (pagamento de serviços extraordinários, diárias, gratificações de membros da Corte, Juízes e Promotores Eleitorais) em relação à 2019, ocorreu também um acréscimo na contribuição patronal, devido a alteração na tabela de contribuição previdenciária ocorrida a partir de março/2020.

Aposentados: Houve aumento de despesas com aposentados, devido a aposentadoria de 01 (um) servidor.

Pensionistas: Houve um acréscimo na despesa com o pagamento 01 (uma) nova pensão.

Abaixo, dados extraídos do SGRH-Sistema de Gestão de Recursos Humanos/TESOURO GERENCIAL.



Tabela de Remuneração dos Servidores Efetivos

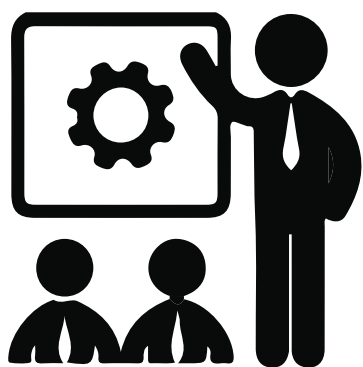
DADOS DO CARGO				VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES										
CARREIRA / CLASSE / ESCOLARIDADE / PADRÃO					GAJ	PARCELAS VARIÁVEIS									
					ATIVO E INATIVO	ATIVO						ATIVO E INATIVO			
						GAS	AQ TREINAMENTO				GAE	AQ Títulos			
							140,0%	35%	1%	2%		3%	35%	5%	7,50%
ANALISTA	C	SUPERIOR	13	7.792,30	10.909,22	2.727,31	77,92	155,85	233,77	0,00	0,00	584,42	779,23	974,04	
			12	7.565,34	10.591,48	2.647,87	75,65	151,31	226,96	0,00	0,00	567,40	756,53	945,67	
			11	7.344,99	10.282,99	2.570,75	73,45	146,90	220,35	0,00	0,00	550,87	734,50	918,12	
			10	7.131,06	9.983,49	2.495,87	71,31	142,62	213,93	0,00	0,00	534,83	713,11	891,38	
			9	6.923,36	9.692,70	2.423,18	69,23	138,47	207,70	0,00	0,00	519,25	692,34	865,42	
			8	6.550,01	9.170,01	2.292,50	65,50	131,00	196,50	0,00	0,00	491,25	655,00	818,75	
	B	INTERMEDIÁRIO	7	6.359,23	8.902,92	2.225,73	63,59	127,18	190,78	0,00	0,00	476,94	635,92	794,90	
			6	6.174,01	8.643,62	2.160,90	61,74	123,48	185,22	0,00	0,00	463,05	617,40	771,75	
			5	5.994,18	8.391,86	2.097,96	59,94	119,88	179,83	0,00	0,00	449,56	599,42	749,27	
			4	5.819,60	8.147,44	2.036,86	58,20	116,39	174,59	0,00	0,00	436,47	581,96	727,45	
			3	5.505,76	7.708,07	1.927,02	55,06	110,12	165,17	0,00	0,00	412,93	550,58	688,22	
			2	5.345,40	7.483,56	1.870,89	53,45	106,91	160,36	0,00	0,00	400,91	534,54	668,18	
			1	5.189,71	7.265,59	1.816,40	51,90	103,79	155,69	0,00	0,00	389,23	518,97	648,71	
TÉCNICO	C	MÉDIO	13	4.749,33	6.649,06	1.662,27	47,49	94,99	142,48	0,00	237,47	356,20	474,93	593,67	
			12	4.611,00	6.455,39	1.613,85	46,11	92,22	138,33	0,00	230,55	345,83	461,10	576,38	
			11	4.476,70	6.267,37	1.566,85	44,77	89,53	134,30	0,00	223,84	335,75	447,67	559,59	
	B		INTERMEDIÁRIO	10	4.346,31	6.084,83	1.521,21	43,46	86,93	130,39	0,00	217,32	325,97	434,63	543,29
				9	4.219,71	5.907,60	1.476,90	42,20	84,39	126,59	0,00	210,99	316,48	421,97	527,46
				8	3.992,16	5.589,03	1.397,26	39,92	79,84	119,76	0,00	199,61	299,41	399,22	499,02
				7	3.875,88	5.426,24	1.356,56	38,76	77,52	116,28	0,00	193,79	290,69	387,59	484,49
				6	3.763,00	5.268,20	1.317,05	37,63	75,26	112,89	0,00	188,15	282,23	376,30	470,38
				5	3.653,40	5.114,75	1.278,69	36,53	73,07	109,60	0,00	182,67	274,01	365,34	456,68
	A		ASSISTENTE	4	3.546,98	4.965,78	1.241,44	35,47	70,94	106,41	0,00	177,35	266,02	354,70	443,37
				3	3.355,71	4.697,99	1.174,50	33,56	67,11	100,67	0,00	167,79	251,68	335,57	419,46
				2	3.257,97	4.561,16	1.140,29	32,58	65,16	97,74	0,00	162,90	244,35	325,80	407,25
				1	3.163,07	4.428,30	1.107,07	31,63	63,26	94,89	0,00	158,15	237,23	316,31	395,38

Estratégia de Valorização por Desempenho

Visando tornar o processo avaliativo focado em resultados e presente mesmo após a finalização da carreira, desenvolve-se em caráter permanente, observando-se as disposições da Instrução Normativa TRE-AP nº 8/2016, o Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR). De modo geral, consiste na elaboração anual de um plano de ação individual, alinhado ao Planejamento Estratégico do órgão, apresentado por cada servidor e em concordância com o respectivo gestor. Findado cada exercício, deve o servidor apresentar as comprovações de suas entregas, as quais são cheçadas e quantificadas. Os desempenhos individuais e por unidade são publicados, enfatizando-se e reconhecendo-se aqueles com melhor desempenho.

Levantamento das Necessidades de Capacitação

O PAC – Plano Anual de Capacitação é uma das importantes ferramentas utilizadas pelo TRE-AP para o alcance dos objetivos estratégicos. A elaboração do PAC é baseada nas informações geradas pelas Avaliações por Competência, que fornecem um diagnóstico das necessidades de capacitação (gaps de competências). Com base na identificação das competências que necessitam ser aprimoradas, é definido um plano visando a capacitação dos três grupos de competências usadas no modelo, a saber, organizacionais, gerenciais e específicas. Adotando-se uma metodologia participativa, tomando por base as lacunas de competências detectadas, as unidades administrativas fazem as indicações do melhor modo de desenvolver as suas competências críticas.



.....

Capacitações em 2020
Ações Previstas: 47
Ações Realizadas: 55
Capacitados (magistrados e servidores): 100

Estratégias para Alavancar o Desempenho e a Eficiência

Várias iniciativas adotadas somam-se na busca da eficiência e do melhor desempenho, dentre as quais destacamos: o já citado Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR); a busca do reconhecimento institucional por meio da ampla divulgação e do destaque público de iniciativas individuais ou de unidades feito nos canais de comunicação deste Tribunal; a permanente atualização e/ou desenvolvimento dos sistemas informatizados; a instalação do teletrabalho; e a constante realização de eventos na áreas de qualidade de vida, educação socioambiental, inclusão e ações solidárias, todas com foco na valorização do ambiente e das condições de trabalho.

Sistemas e Ferramentas de apoio

Na busca pela celeridade e eficiência, atualmente, de acordo com informações da Coordenadoria de Soluções Corporativas, o TRE-AP conta com 178 sistemas informatizados, entre ferramentas com desenvolvimento próprio ou incorporadas ao parque tecnológico do órgão

Trabalho Remoto

No ano de 2020 foi implantado o teletrabalho no âmbito da Justiça Eleitoral amapaense, conforme previsto na Resolução CNJ nº 227/2016. Neste primeiro ciclo, foi concedida a migração para essa modalidade de trabalho para 07 (sete) servidores.

Neste mesmo ano, em razão da pandemia de COVID 19, foram necessárias rápidas e disruptivas adaptações para a realização do trabalho de forma remota para, praticamente, todos os trabalhadores deste órgão. Graças ao acesso a recursos tecnológicos, os trabalhos não sofreram solução de continuidade.

Valorização do Ambiente e das condições de Trabalho

Quadro - Principais eventos de valorização do ambiente e das condições de trabalho.

Principais Eventos - 2020	Categoria	Nº de Participantes
Dia de Falar de Saúde (Palestra sobre alimentação saudável, feira de orgânicos e lançamento dos Exames Médicos Periódicos)	Qualidade de Vida	44
Dia das mulheres – homenagem		48
Ação de imunização		170
Dia das Mães – vídeo de homenagem		44
Dia dos Pais – Divulgação de mini vídeos de homenagem ao longo da semana que antecedia o dia dos pais		44
Dia do Servidor Público - Palestra Valores Humanos		178
Oferecimento do curso on line "Sustentabilidade na Administração Pública"	Educação Ambiental	04
Curso "Gerenciamento de Resíduos Sólidos para criação do PGRS (feito pelo servidor Patrick Pinto)		01
Projeto Eleições Sustentáveis		190
Saúde na Pandemia e cuidado com o meio ambiente		190
Disponibilização de (a) Coordenadores de Acessibilidade e (b) Intérpretes de Libras em seções eleitorais no primeiro e segundo turno das eleições municipais	Ações de Inclusão	1.500
Cestas Natalina para os terceirizados	Ação Solidária	40

Principais Desafios e Perspectivas futuras

A profissionalização da gestão de pessoas, com um foco para além do gerenciamento dos recursos humanos é o maior desafio que se coloca à realidade do TRE-AP. Exige-se se fazer mais com menos. Isso só será possível, e de forma sustentável, com uma racionalização e boa aplicação da força de trabalho, além do acesso à sistemas informatizados que reduzam a sobrecarga gerada por atividades rotineiras e/ou repetitivas.

Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

- Acompanhar a aprovação da proposta apresentada para implantação de banco de talentos e seleção de cargos e funções comissionadas com base em competências, com foco na ampliação da meritocracia;
- Continuar a implementação de metodologia para o dimensionamento da força de trabalho;
- Estabelecer e regulamentar a política de gestão de pessoas do TRE-AP;
- Ampliar a atuação do Comitê de Gestão de Pessoas, ferramenta relevante para a governança na área de pessoal.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

Os procedimentos licitatórios são iniciados após realização de estudos técnicos preliminares, análise de riscos pelas unidades requisitantes e pesquisa de mercado, para então serem submetidos à disponibilidade orçamentária, análise da unidade de Controle Interno e análise jurídica, como medidas prévias à licitação, e preventivas para eliminar ou reduzir os riscos da execução contratual. Tais medidas asseguram a conformidade das contratações com as normas aplicáveis: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, IN 05/2017 - SEGES/MP, IN 04/2014 SEGES/MP. Objetivos estratégicos: Todas as contratações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá visam, direta ou indiretamente o alcance dos objetivos estratégicos da instituição: Garantia dos direitos da cidadania, fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, combate à corrupção e à improbidade administrativa, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão orçamentária e de custos, instituição da governança e melhoria da infraestrutura e governança de TI.

Contratações Relevantes

Gastos Administrativos

Contratações	Valores Pagos
Vigilância Eletrônica	R\$891.258,41
Condução e Veículos	R\$1.033.189,53
Agentes de Portaria	R\$352.987,29
Serviços de Comunicação Social	R\$92.577,12
Manutenção do sistema de refrigeração de ar condicionares	R\$197.904,40
Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos	R\$201.354,37
Manutenção de veículos	R\$159.310,81
manutenção de imóveis	R\$249.394,16
Energia elétrica	R\$469.511,30
Operacionalização do Programa Estágios Supervisionados	R\$384.196,47
Servios de sanitização	R\$341.251,45
Serviços de limpeza e conservação	R\$2.276.150,22
TOTAL	R\$6.649.085,53

Tecnologia da informação

Contratações

Valores Pagos

Serviços de telecomunicações, objetivando fornecimento de de solução de comunicação de dados bidirecional vsat (Sede)

R\$ 219.641,95

Serviços de telecomunicações, objetivando fornecimento de de solução de comunicação de dados bidirecional vsat (ZonasEleitorais)

R\$ 116.800,28

Serviços técnico em suporte operacional em hardware e software

R\$ 669.646,06

TOTAL R\$ 1.006.088,29

Eleições 2020

Contratações

Valores Pagos

Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos

R\$ 288.289,44

Locação de veículos automotivos

R\$ 635.824,80

Locação de embarcações

R\$ 146.513,30

Manutenção e conservação de veículos (através de suprimento de Fundos)

R\$ 58.951,82

Fornecimento de alimentação a servidores e colaboradores

R\$ 49.930,00

Locação de grupos geradores

R\$ 10.200,00

Filmagem e monitoramento dos procedimentos da Votação Paralela

R\$ 36.790,00

Serviço de apoio técnico (Técnico de Urnas)

R\$ 683.110,88

Serviço de telecomunicações por meio de sistema móvel de transmissão de voz e dados - via satélite

R\$ 479.108,32

TOTAL R\$ 2.388.718,56

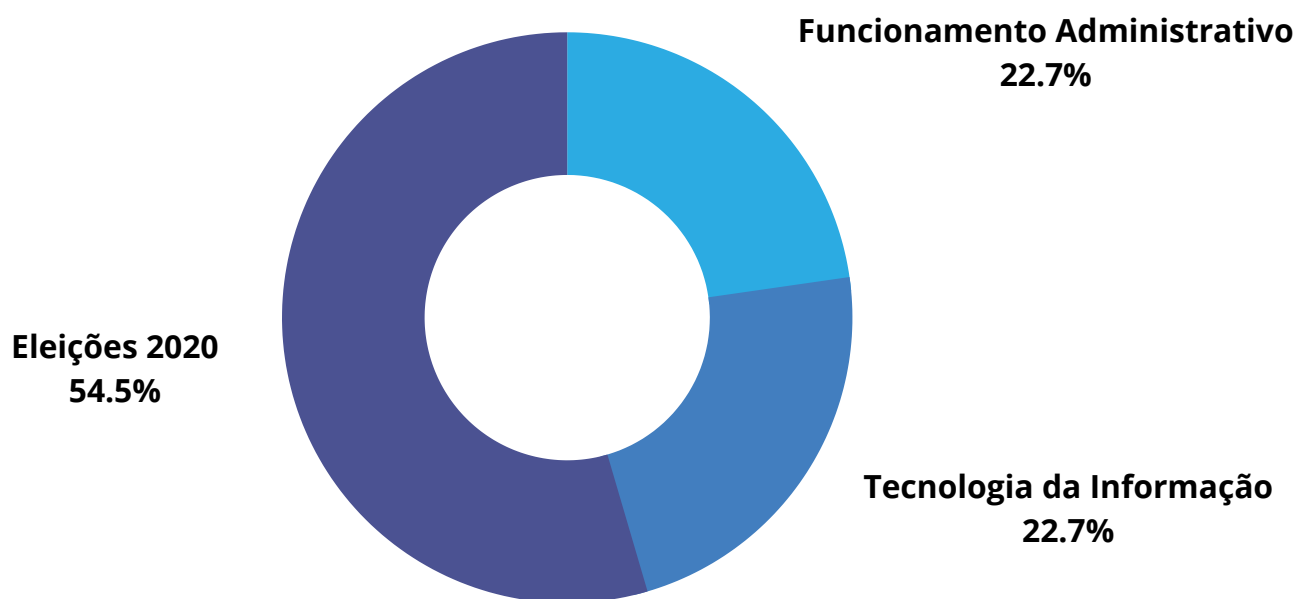
TOTAL GERAL R\$ 10.043.892,38 (100%)

**FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020**

R\$ 6.649.085,53 - 66%

R\$ 1.006.088,29 - 10%

R\$ 2.388.718,56 - 24%



Gestão de Tecnologia da Informação (T.I)

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade legal de TIC, a STI do TRE-AP observa e aplica orientações e diretrizes estabelecidas pelo TSE e pelos órgãos dos controles TCU e CNJ. Orienta-se também por modelos internacionais de boas práticas relacionadas à Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e por normativos internos elaborados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. A tabela abaixo contém uma lista não exaustiva desses normativos:

CNJ

- Resolução CNJ 360/2020
- Resolução CNJ 361/2020
- Resolução CNJ 362/2020
- Resolução CNJ nº 182/2013
- Resolução CNJ nº 211/2015
- Resolução CNJ nº 198/2014
- Resolução CNJ nº 90/2009
- Resolução CNJ nº 136/2011

TRE-AP

- Resolução TRE-AP nº 522/2018
- Resolução TRE-AP nº 50/2017
- Resolução TRE-AP nº 457/2016
- Portaria TRE-AP nº 466/2012
- Portaria TRE-AP nº 240-2018
- Portaria TRE-AP nº 071/2016
- Portaria TER-AP nº 241-2018
- Portaria TRE-AP nº 237/2015
- Portaria Presidência TRE-AP nº 244/2018
- Portaria TRE-AP nº 37/2018
- Instrução Normativa TRE-AP nº 01/2015
- Portaria TRE-AP nº 235/2019

TCU

- Acórdão TCU nº 1603/2008
- Súmula 269, Acórdão TCU nº 0485/2012

Leis Federais

- Lei nº 8666/1993
- Lei nº 10520/2002
- Decreto nº 9507/2018

Modelo de Governança de T.I

O Modelo de Governança de TIC do TRE-AP alinha-se às orientações da Resolução CNJ 211/2015 e baseia-se em duas instâncias. A primeira é o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação (CGOVTIC), que tem natureza estratégica, e é formada pelos Secretários das Unidades e o Diretor Geral, conforme estabelecido na portaria Portaria TRE-AP nº 240-2018, e é responsável por:

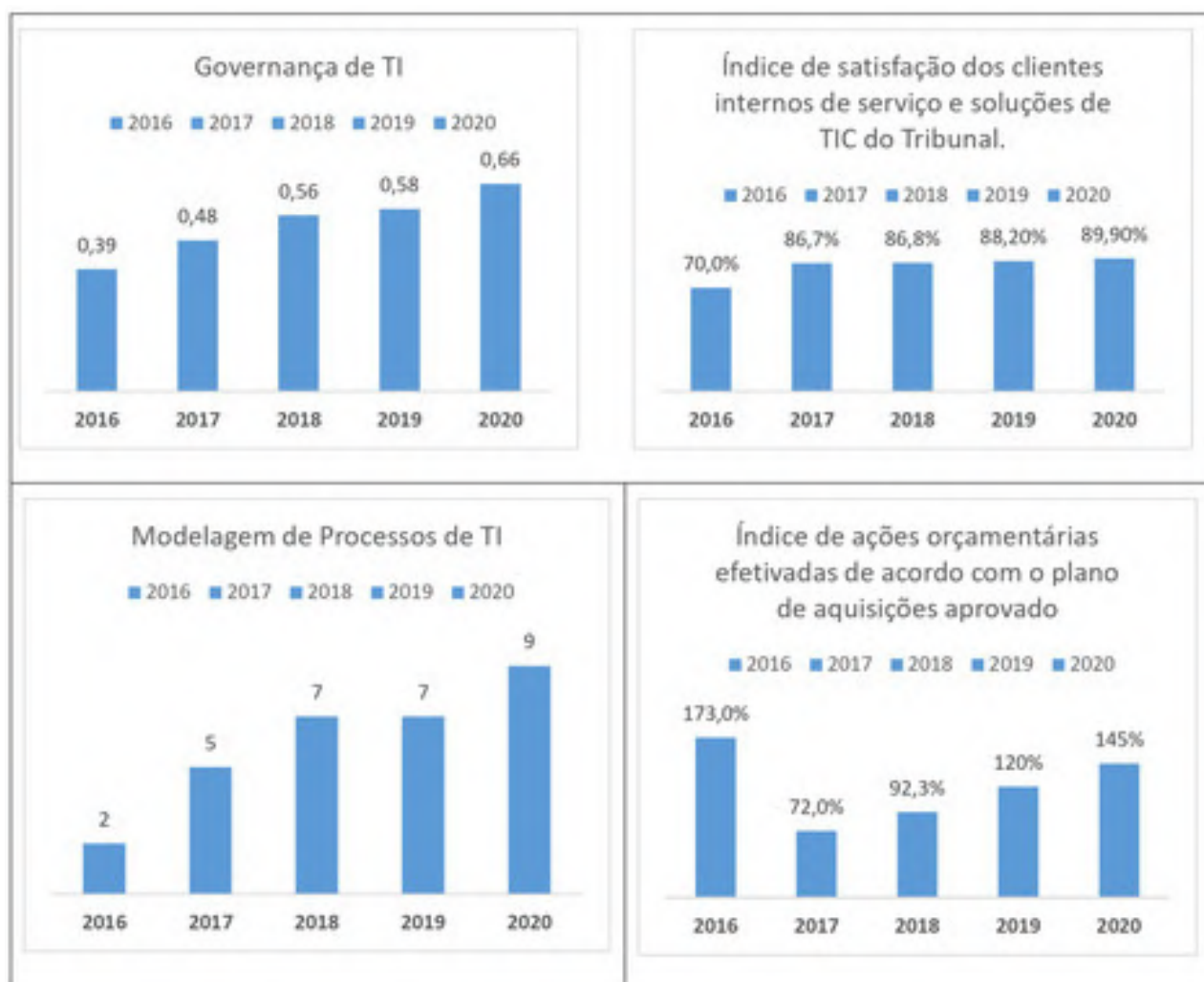
- Deliberar políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento diretor de tecnologia da informação do Tribunal;
- Estabelecer o plano de investimentos em tecnologia da informação;
- Estabelecer o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação;
- Recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação aprovados pelo comitê;
- Acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação.

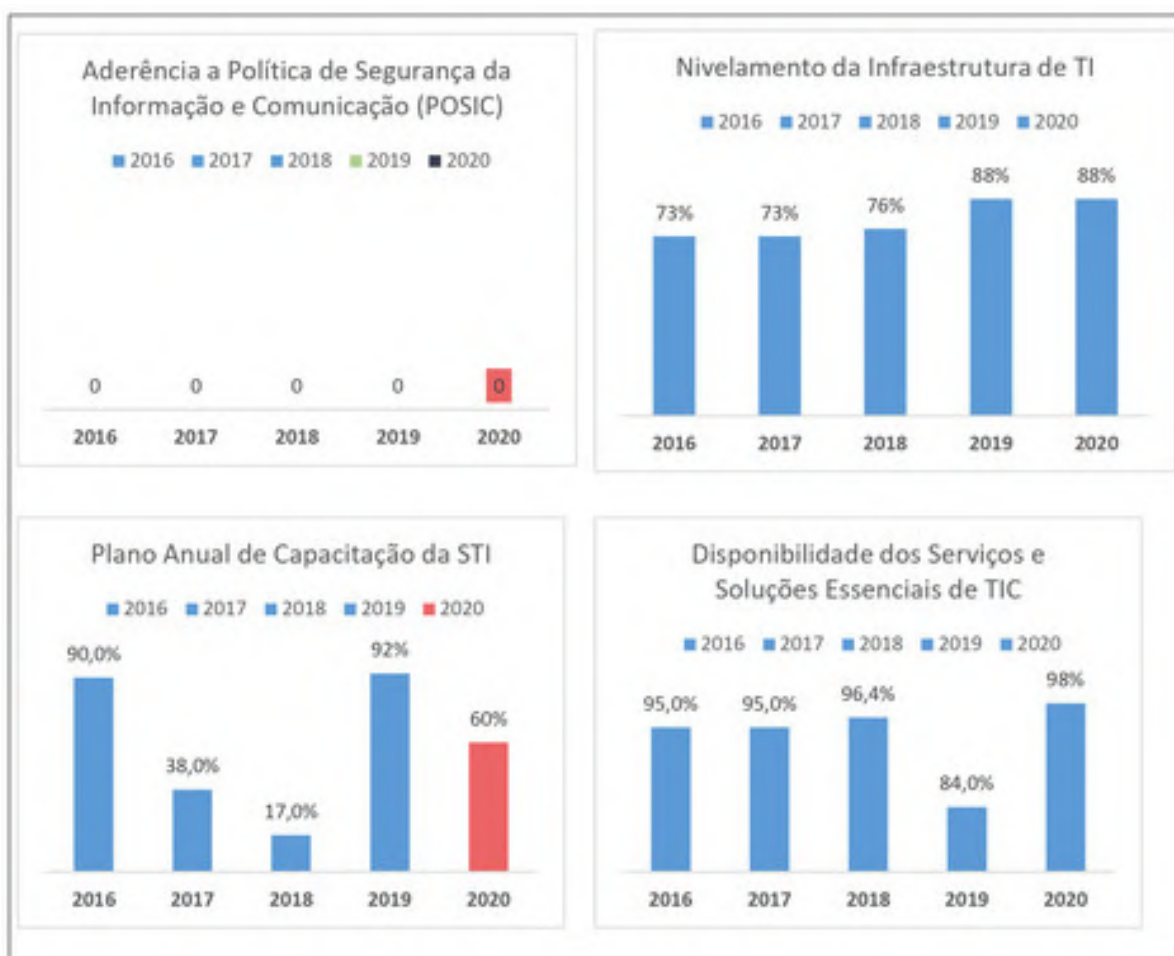
A segunda, conforme Portaria TRE-AP nº 241-2018, é o Comitê de Gestão de TIC (CGTIC), formado pelo Secretário e Coordenadores da STI. Esse comitê é responsável pela elaboração, acompanhamento e monitoramento dos aspectos táticos operacionais de Gestão de TIC.

Os instrumentos utilizados para alinhar as iniciativas de TI à estratégia organizacional são o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETIC 2016-2021 - e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2020-2021. A transparência dos atos é assegurada através das publicações realizados no Portal de Governança de TIC do TRE-AP.

Indicadores do Planejamento Estratégico de T.I

Abaixo são apresentados os resultados atingidos nos indicadores estratégicos estabelecidos no PETIC 2016-2021. Destaca-se que esses indicadores, conforme mencionado no Relatório de Gestão TRE-AP 2020, foram revisados e atualizados pelo CGTIC e CGOVTIC.



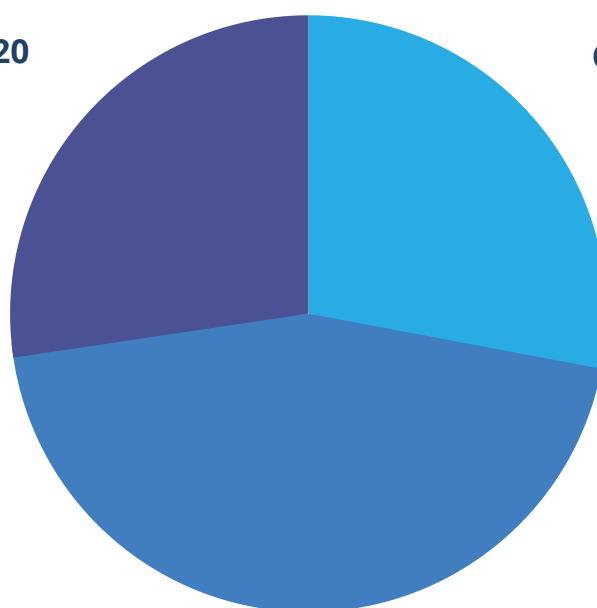


Montantes de Recursos aplicados em T.I

Os recursos aplicados em TI foram de R\$ 4.478.814,73, sendo R\$ 1.252.210,28 para custeio, R\$ 2.001.513,98 para Investimentos e R\$ 1.225.090,47 destinados para as Eleições 2020.

Eleições 2020
27.4%

Custeio
28%



Investimento
44.7%

Segurança da Informação

Resolução TSE 23.501/2016 institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.

Resolução TRE-AP 510/2017 estabelece a política de segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Amapá.

Portaria TRE-AP nº244/2018 - Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. (SEI 0301441)

Portaria TRE-AP nº 153/2020 - Constitui o Grupo de Trabalho, cuja atribuição é criar as diretrizes visando a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado do Amapá. (SEI 0456330)

Principais desafios (dificuldades, fraquezas e riscos)

Em linhas gerais, em 2020, os principais desafios encontrados pela Secretaria de Tecnologia da Informação permanecem similares àqueles encontrados no ano anterior, que são:

- Inexistência de unidade ou equipes específicas para a Gestão e Planejamento de TIC
- Dificuldade no cumprimento das exigências das instâncias de controle, que são genéricas e desproporcionais ao aparato administrativo da STI, as quais implicam na alocação de recursos de pessoal e financeiros e na celeridade dos serviços prestados;
- Baixo orçamento para capacitação. No mesmo ano, poucos servidores recebem treinamento, o que pode ocasionar execução inadequada das atividades técnicas e gerenciais de TI; utilização tecnologias ou metodologias obsoletas; aumento de dependência de serviços terceirizados
- Carência de pessoal na área de Tecnologia da Informação

Especificamente sobre o último item acima, relativo ao quadro reduzido de servidores na área de Tecnologia da Informação, ressalta-se que em setembro de 2019, em levantamento realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, baseado no Anexo “Força de Trabalho de TIC” da Resolução CNJ No 211/2015”, a STI apresentou ao Comitê de Gestão Estratégica (ID SEI 0392439) Relatório da Força de Trabalho da Secretaria (ID SEI 0392442), onde foi demonstrado que seriam necessários 17 servidores de TIC (cargos especializados) no quadro permanente, sendo que, atualmente, existe somente 14 servidores do TRE-AP, dos quais apenas 10 estão lotados na STI, o que representa a necessidade de incremento de 70% no quadro de servidores de TIC lotados na STI.



Essa carência de pessoal na Secretaria de Tecnologia da Informação ocasiona ainda outros riscos à STI:

- Não cumprimento de prazos;
- Limitações no desenvolvimento de novas soluções;
- Perda de conhecimento de processos e sistemas;
- Aumento de dependência de recursos tecnológicos e humanos de terceiros;
- Perda de produtividade em decorrência de sistemas obsoletos ou ineficientes e consequente redução de reputação do Tribunal Regional Eleitoral em decorrência dessa perda de produtividade;
- Dificuldade dos servidores, especialmente os de função de chefia, em executar de forma eficiente atividades de planejamento, gestão e controle;
- Dificuldade no alcance e implementação dos normativos do CNJ relacionados à Tecnologia da Informação.

Ações Futuras

- Criação do novo Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, alinhado à nova estratégia de Tecnologia da Informação do Judiciário
- Criação de planos de ação para atendimento das Resoluções que impactam nas atividades de TIC.
- Priorizar as iniciativas previstas no PDTIC 2020-2021.
- Apresentar novo estudo demonstrando a necessidade de novos servidores para a STI
- Revisar a política de segurança da informação e implantar normas correlatas à política
- Adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança da informação
- Criar novo plano de Melhoria da Governança e Gestão de TIC
- Melhoria da qualidade dos links de comunicação dos cartórios eleitorais.
- Mapeamento dos processos de Tecnologia da Informação
- Aquisição e implantação de Infraestrutura para Home Office.

Gestão Patrimonial e infraestrutura

Desde o ano de 2010, a Unidade Jurisdicionada cumpre integralmente à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, seguindo ainda as diretrizes contidas na Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010. O cálculo da depreciação é totalmente informatizado, feito no sistema ASI Web e conciliado mensalmente.

Atualmente, todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual. O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I, aplicável a toda a justiça eleitoral.

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

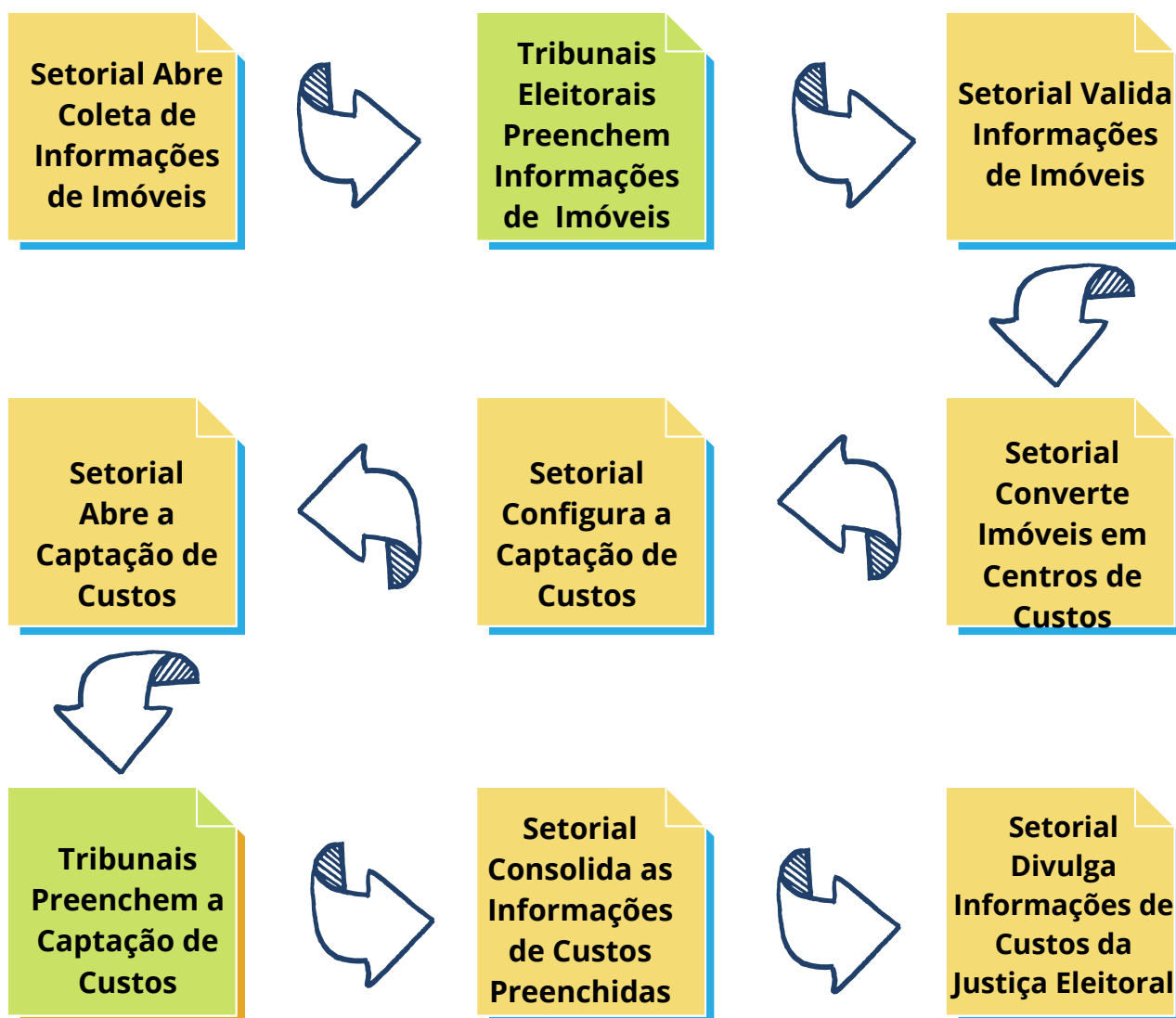
Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

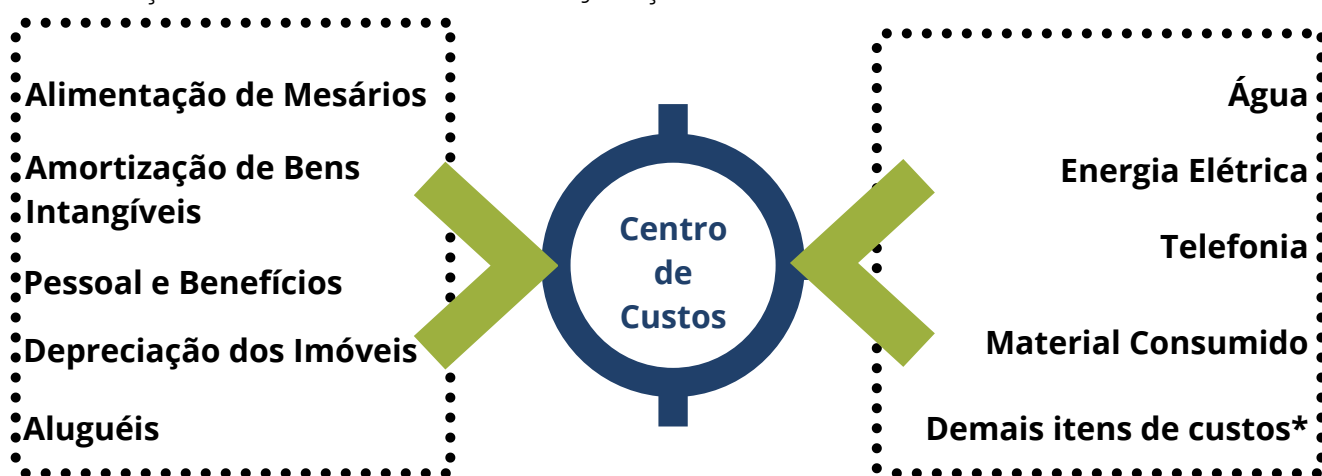
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



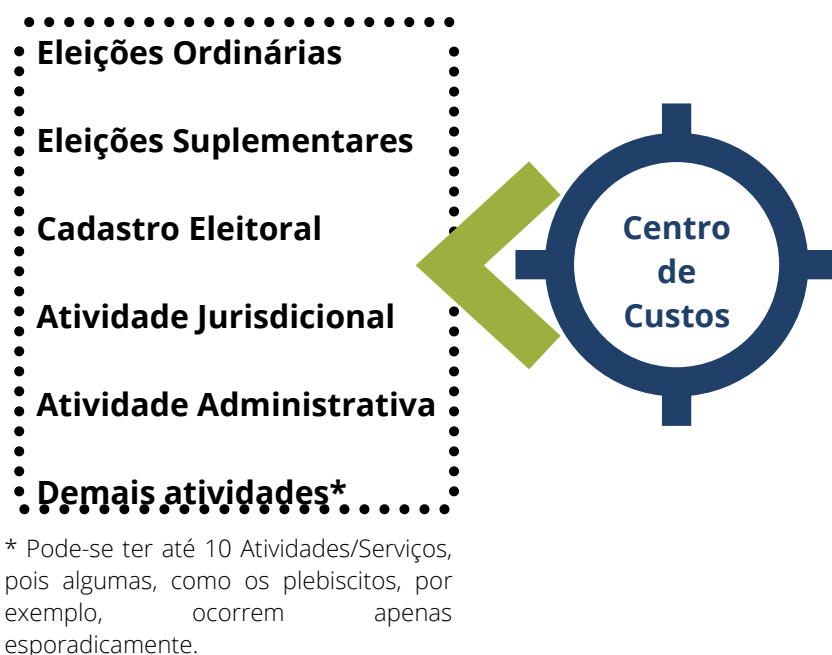
Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 40 itens de custos

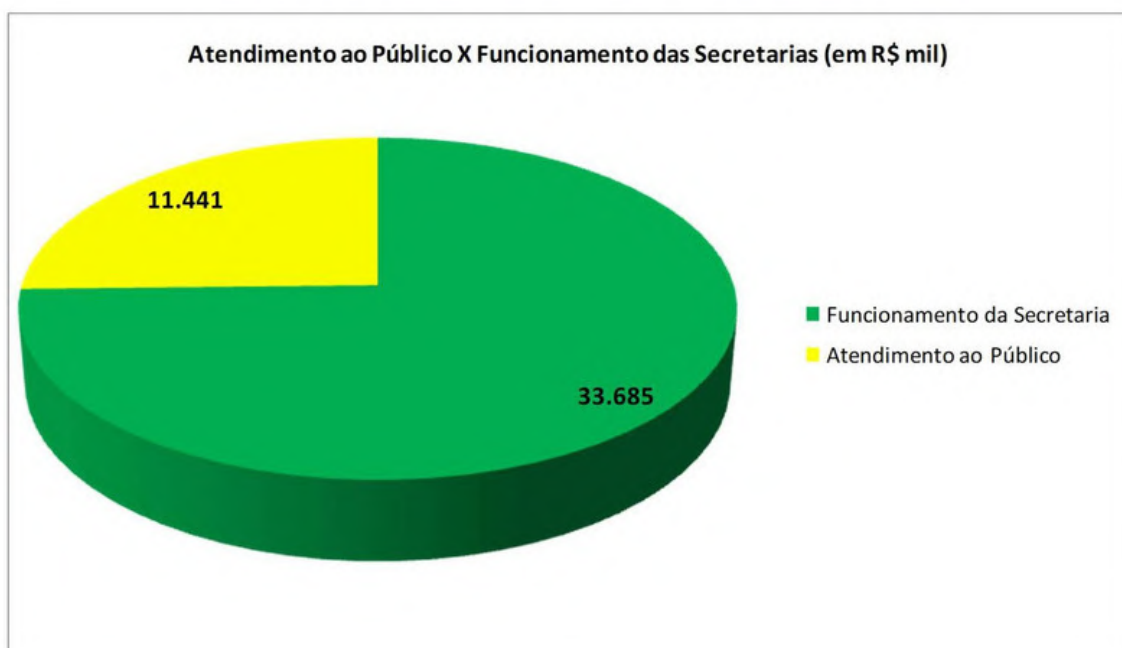
No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



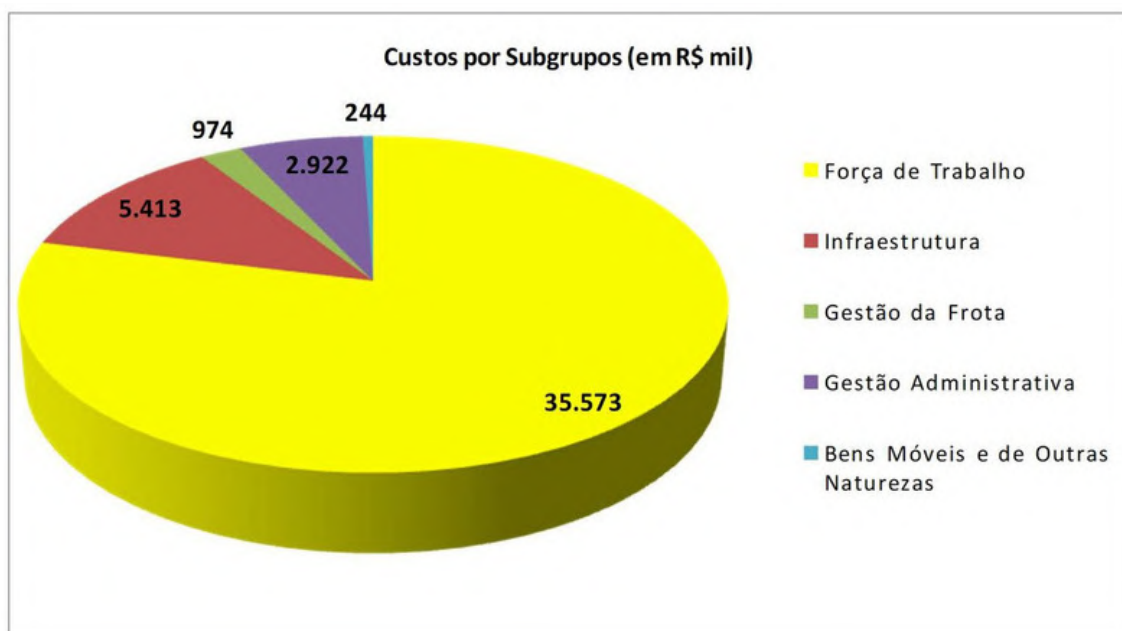
Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

Gestão Judiciária

Dados da Gestão Judiciária em 2020

Início das sessões
virtuais: **31/03/2021**



Sessões Plenárias: 137

Sessões:
Virtuais: 119
Presenciais: 18

Sessões:
Administrativas: 33
Judiciais: 101



Quantidade de Acórdãos: 240
Quantidade de Resoluções: 20

Impactos da Pandemia e Medidas para Continuidade dos Serviços

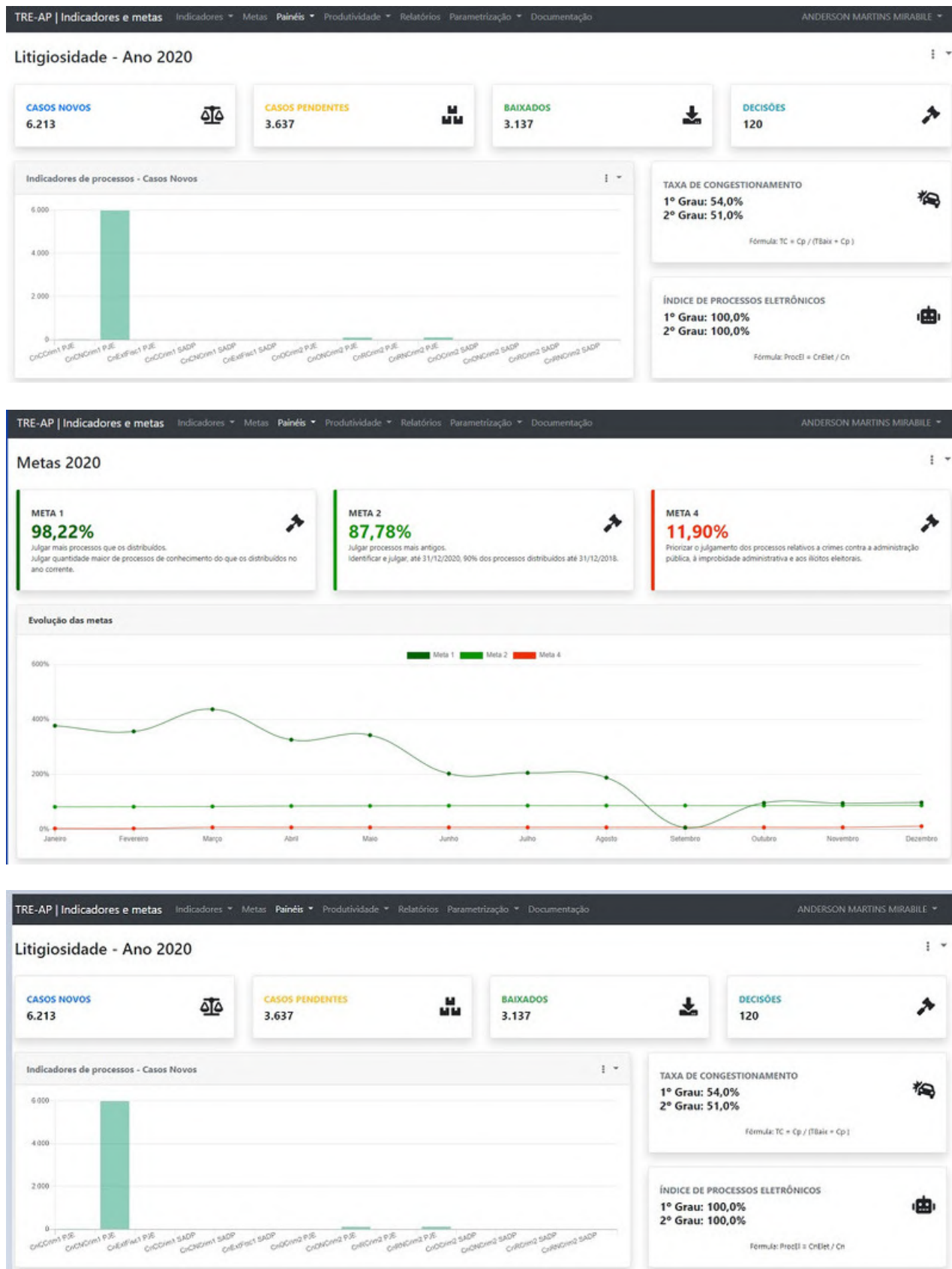
Com a pandemia, a unidade adotou medidas e ferramentas novas para dar continuidade às atividades. Assim, a necessidade da rápida adaptação à nova forma de exercer as atividades, em um ambiente de trabalho virtual, foi o maior impacto causado pela pandemia.

A utilização de novos canais de comunicação com o público, membros da Corte e servidores, notadamente as redes sociais, a realização de sessões por videoconferência e a utilização do trabalho remoto pela maioria dos servidores da unidade, foram as principais medidas tomadas para a continuidade dos serviços durante o período da pandemia.

A utilização de novos canais de comunicação causou um impacto positivo, uma vez que possibilitou um alcance maior para o público, dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, a exemplo da participação virtual de advogados de outros Estados nas sessões de julgamento. Por outro lado, o longo período de distanciamento afetou negativamente as ações de capacitação de pessoal, bem como as relações interpessoais no trabalho, porquanto impossibilitou a realização de ações de capacitação e eventos comemorativos.

Estatísticas Processuais Gerais de 2020

Informações Extraídas do Sistema ATENA em 02/03/2021



Estatísticas Processuais Eleições de 2020

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

PROCESSOS ELEITORAIS



tabelas detalhadas

Quantitativo de processos autuados

6.318

Relação de processos

Tramitando (98,58%)

6.228

Relação de processos

Baixados (1,42%)

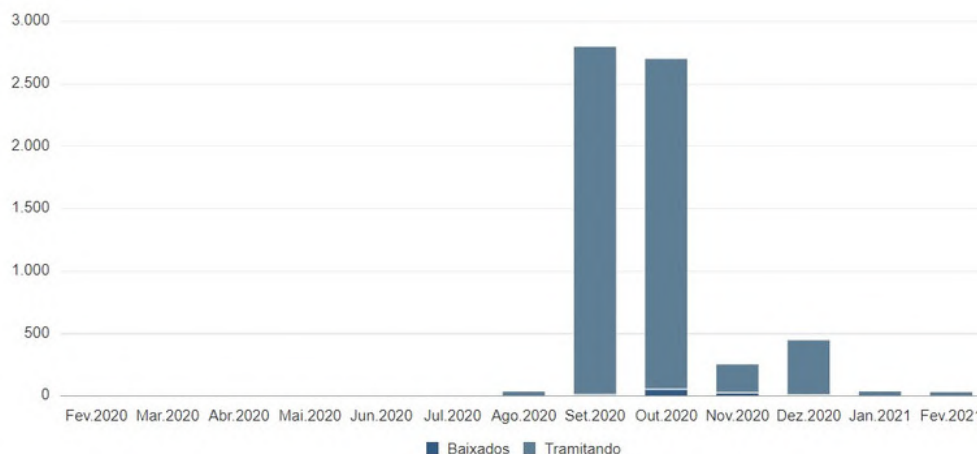
90

Relação de processos

EVOLUÇÃO DE PROCESSOS MENSALMENTE



tabelas detalhadas



INDICADORES



Conclusos (25,7...)

1.629

Relação de proc...

Em pauta (0,00%)

0

Relação de proc...

Remessa ao TS...

0

Relação de proc...

Sobrestados (5,...)

359

Relação de proc...

Com pedido de vista (0,0...)

0

Relação de processos

Carga/Vista MPE (0,08%)

5

Relação de processos

Tempo médio de tramitação

130,63 dia(s)

Informações sobre os Partidos Políticos atuantes no Amapá

Com a Finalidade de fazer deste relatório o mais sucinto possível, colocamos as informações, relativas aos Partidos que atuam no TRE-AP, em *links* que podem ser acessados a partir desta página.

- [Relação dos Diretórios Partidários no Amapá](#) 
- [Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Anuais de 2019](#) 
- [Diretórios Estaduais que **NÃO** Prestaram Contas da Eleição de 2020](#) 
- [Diretórios Estaduais que Prestaram Contas da Eleição de 2020](#) 
- [Histórico da Prestação de Contas anuais dos Diretórios Estaduais](#) 

Anexo I - Tratamento de determinações e recomendações do TCU e CNJ e Auditorias e consultorias Internas

1.1-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

1.1.1- Acórdão TCU nº 1.233/2015 - Plenário.

Auditoria na Governança e Gestão de Pessoas.

PA SEI nº 0000595-72.2017.6.03.8000

RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
9.1.6 estabeleça, preferencialmente, processo de seleção para funções e cargos de natureza gerencial, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência;	A seleção por competência foi utilizada apenas em projeto-piloto para seleção de servidor para o cargo de Secretário de Gestão de Pessoas (PA 81/2015, Classe X, protocolo 1.442/2015) no mês de fevereiro de 2015. Em 2017 voltou ao modelo convencional de nomeações, sem realização de processo seletivo. Acrescente-se que ainda tramita a minuta de Resolução de seleção para cargos e funções comissionadas, nos moldes da gestão por competência, no entanto, está sob vista da Corregedoria desde novembro de 2016 (PA nº 29-04.2016 - Classe 26, Protocolo nº 8.741/2015).
9.1.7 conclua a implantação da gestão por competências no órgão, de forma a permitir melhor planejamento da força de trabalho e a adoção de critérios técnicos para fundamentar, entre outras, as decisões relativas a quantitativo, perfil, alocação inicial e movimentação da força de trabalho;	O projeto para implantação do processo de dimensionamento da força e trabalho, atualmente, está sendo documentado no processo SEI 0002087-31.2019.6.03.8000. Em consulta ao referido processo, consta o Ofício-Circular GAB-DG nº 287/2020 (0458257), no qual o Diretor-Geral do TSE, informa o andamento das atividades de levantamento de dados para pesquisa do Dimensionamento da Força de Trabalho, no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais. De acordo com o contido no ofício, a coleta de dados se estenderia até 24/10/2020, conforme Termo de Execução Descentralizada nº 15/2019, firmado entre TSE e Universidade de Brasília. O processo está sobrestado na CODES aguardando as próximas orientações do TSE
9.1.9 Defina as informações sobre a força de trabalho que devem ser monitoradas periodicamente, tais como quantitativo real de servidores em relação ao ideal e projeções de vacância, para que sejam utilizadas como insumos para planejamento e tomada de decisão.	

	para a condução das demais etapas do projeto de implantação do DFT na Justiça Eleitoral (0484610 em 12/11/2020).
--	--

1.1.2- Acórdão TCU nº 2351/2016-Plenário.

Plano de Ação - Auditoria em Governança de Aquisições

PA SEI nº 0000945-60.2017.6.03.8000

RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
9.1.7. execute processo de planejamento das aquisições, contemplando, pelo menos: d) acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.	Atendido , conforme exames das atas das reuniões do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições.

1.1.3- Acórdão TC nº 553/2017-Plenário.

Cumprimento de recomendação relativa aos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais.

PA SEI nº 0002154-64.2017.6.03.8000

RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
9.4 determinar aos órgãos do Poder Judiciário referidos no Art. 92 da Constituição Federal, para fins de cumprimento dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000, que reelaborem e republiquem os relatórios de gestão fiscal, desde o segundo quadrimestre de 2015, e passem a publicar os seguintes, neles registrando em colunas separadas o limite original a que estão sujeitos nos estritos termos do art. 20, §§ 1º e 2º, da mesma lei complementar, bem assim os limites alterados pelos atos administrativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;	Atendido (ID 0228691).

1.1.4- Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário

Avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal.

RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
9.1. determinar às organizações fiscalizadas, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento interno do TCU que, no prazo de 180 dias, adotem as providências necessárias para: 9.1.1. corrigir as desconformidades identificadas, com base no resultado da avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet, as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis, em especial aquelas relativas: 9.1.1.1. a licitações e contratos (art. 8º, IV, da Lei 12.527/2011); a receitas e despesas (art. 48-A da LC 101/2000; art. 8º, § 1º, III, da Lei 12.527/2011); à execução orçamentária e financeira (art. 48, II, da LC 101/2000); a remunerações, diárias e passagens (art. 94, II e IV, da Lei 13.242/2015); à prestação de contas, a auditorias e inspeções (art. 48, caput, da LC 101/2000; art. 7º, VII, “b”, da Lei 12.527/2011); a informações institucionais (art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/2011); e a indicadores de desempenho, metas e resultados; e a programas, ações, projetos e obras (art. 7º, VII, “a”, c/c o art. 8º, § 1º, V, da Lei 12.527/2011); 9.1.1.2. ao rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011); 9.1.1.3. às audiências públicas, às consultas públicas e às ouvidorias (art. 9º, II, da Lei 12.527/2011);	O TRE-AP emitiu a Portaria da Presidência nº 432/2018 TRE-AP/PRES/DG/SGP/COPES (0359348) instituindo grupo de trabalho para: (1) corrigir as desconformidades identificadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1832/2018 e (2) aperfeiçoamento da transparência e facilidade de obtenção de informações pelo cidadão comum, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e Resolução CNJ nº 215/2015. A partir de então, a transparência tem sido aperfeiçoada, com os seguintes índices de cumprimento dos critérios exigidos pelo CNJ: 50,71% em 2018, 68,03% em 2019 e 81,34% em 2020.

9.1.1.4. ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico, e ao relatório estatístico sobre os pedidos de acesso à informação (art. 9º, I, c/c o art. 10, art. 30, III, da Lei 12.527/2011, e arts. 14 e 15, da Lei 13.460/2017); 9.1.1.5. à gestão das empresas estatais e discriminadas na Resolução – CGPAR 5/2015 e na Lei 13.303/2016, no caso específico das empresas estatais do Poder Executivo Federal fiscalizadas;	
--	--

1.2-CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

1.2.1- CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES CNJ Nº 308 E 309/2020

Em 11 de março de 2020, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ aprovou as Resolução TSE nº **Resolução CNJ nº 308/2020**, que organizou as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e criou a Comissão Permanente de Auditoria, bem como a **Resolução CNJ nº 309/2020**, que aprovou as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário - DIRAUD-Jud e deu outras providências.

Nas citadas resoluções foram estabelecidas providências para o Tribunal Regional Eleitoral e para a esta UCI adotarem em prazos pré-estabelecidos, cujo plano de ação elabora por esta UCI foi encaminhado à Diretoria-Geral do TRE-AP (PA SEI nº 0001117-94.2020.6.03.8000), para adoção de providências, estando atuação as ações propostas no plano de ação da seguinte forma:

PROVIDÊNCIA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO	SITUAÇÃO ATUAL
Art. 2º, caput e P. único, da Res. CNJ nº 308/2020 Arts 1º, 3º a 12, da Res. CNJ nº 308/2020 Arts. 74 e 76, da Res. CNJ nº 309/2020	Proposta de alteração no Regulamento da Secretaria do Tribunal, modificando a denominação da Unidade de Controle para Unidade de Auditoria e as atribuições das subunidades para o	CCI/SEAUD	30/05/2020	A proposta foi apresentada pela CCI dentro do prazo por meio d PA SEI nº 0001660-97.2020.6.03.8000 e até a presente data não foi apreciada pelo Pleno Administrativo do Tribunal.

	exercício precípua da atividade de auditoria			
Art. 77, caput, da Res. CNJ nº 309/2020	Aprovação das normas propostas pela CCI	PLENO DO TRE	11/09/2020	O Pleno Administrativo do TRE-AP ainda não apreciou a proposta de alteração da estrutura orgânica da CCI.
Arts 1º a 12, da Res. CNJ nº 308/2020 Arts. 1º a 73 e 77, caput e I, da Res. CNJ nº 309/2020	Proposta de adequação da Res. TRE- AP nº 482/2016 aos termos da Res. CNJ 309/2020	CCI/SEAUD	30/05/2020	Foi proposto ao Pleno do TRE-AP minuta de normativo que institui o Estatuto da Auditoria Interna, que foi aprovado por meio da Resolução TRE-AP nº 548, de 20/10/2020 (PA SEI nº 0001710-26.2020.6.03.8000)
Art. 77, caput, da Res. CNJ nº 309/2020	Aprovação das normas propostas pela CCI	PLENO DO TRE	11/07/2020	O Pleno Administrativo do Tribunal aprovou a Resolução TRE-AP nº 548, de 20/10/2020 (PA SEI nº 0001710-26.2020.6.03.8000)
Art. 77, caput e II, da Res. CNJ nº 309/2020	Proposta de código de ética da auditoria interna	CCI/SEAUD	30/06/2020	Foi proposto ao Pleno do TRE-AP minuta de normativo que institui o Código de Ética da Auditoria Interna, que foi aprovado por meio

				da Resolução TRE-AP nº 547, de 20/10/2020 (PA SEI nº 0001708-56.2020.6.03.8000)
Art. 77, caput, da Res. CNJ nº 309/2020	Aprovação das normas propostas pela CCI	PLENO DO TRE	11/07/2020	O Pleno Administrativo do Tribunal aprovou a Resolução TRE-AP nº 548, de 20/10/2020 (PA SEI nº 0001708-56.2020.6.03.8000)
Art. 9º, V; art. 10, §4º, da Res. TRE-AP nº 522/2018	Proposta de adequação da norma	CCI/SEAUD	30/05/2020	A proposta foi apresentada pela CCI dentro do prazo por meio de PA SEI nº 0001660-97.2020.6.03.8000 e até a presente data não foi apreciada pelo Pleno Administrativo do Tribunal.
	Aprovação das normas propostas pela CCI	PLENO DO TRE	11/07/2020	O Pleno Administrativo do TRE-AP ainda não apreciou a proposta de alteração da estrutura orgânica da CCI.

2- DEMANDAS DA AUDITORIA INTERNA

2.1- ATIVIDADES DE AUDITORIA

O Plano de Auditoria foi sobremaneira afetado pela pandemia, pelo apagão elétrico, pela redução das horas de auditoria, em função das licenças médicas e auxílio aos trabalhos da eleição municipal. O quadro a seguir resume a situação dos trabalhos.

Auditorias planejadas¹	Situação
a) Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na Gestão de Ativos (auditoria integrada da Justiça Eleitoral);	Suspensa em 2020 em função da pandemia, com previsão de conclusão para maio de 2021.
b) Segurança da Informação (por força de norma interna);	Concluída em fevereiro de 2021.
c) Gestão de Pessoas, com enfoque na requisição de pessoal no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e das zonas eleitorais;	Suspensa em 2020 em função da pandemia.
d) Acompanhamento da Gestão Patrimonial e de materiais;	Executado em função da certificação das contas.
e) Exame do Relatório de Gestão 2020;	Concluído.
f) Emissão de parecer no sistema SISAC/TCU quanto às admissões, aposentadorias e concessões de pensão civil;	Análise e envio de 4 atos de admissão/aposentadoria

2.1.1- AUDITORIAS EM MONITORAMENTO

Auditoria	Processo SEI	Resultados Esperados
Processos de concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas	0002069-44.2018.6.03.8000	Aperfeiçoamento do processo quanto ao planejamento, atesto das realização das viagens e entrega de documentos.
Segurança da Informação	0002507-02.2020.6.03.8000	Aperfeiçoamento da segurança da informação quanto a indicação de responsáveis por cada ativo, classificação, gestão de riscos e plano de continuidade.
Processo de gestão e execução do plano estratégico	0002170-47.2019.6.03.8000	Aperfeiçoamento do processo quanto à metodologia de construção de indicadores e metas, bem como no monitoramento e avaliação do plano.

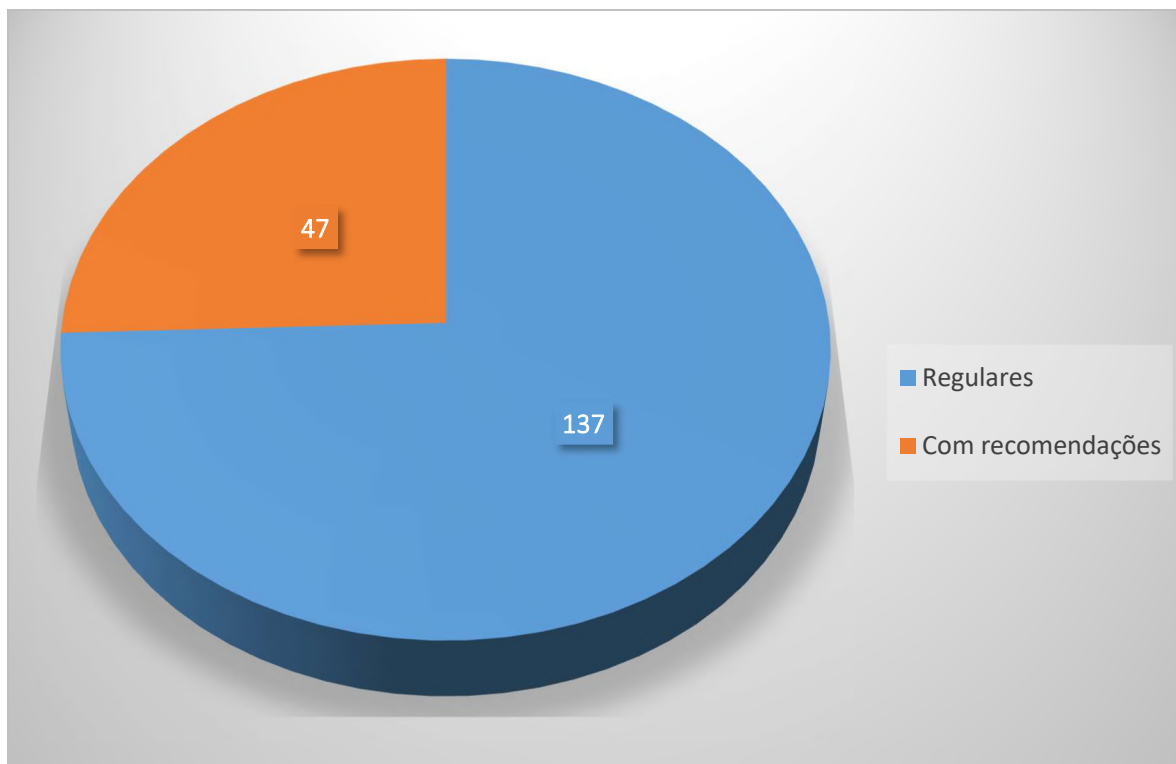
¹ PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 139/2020 TRE-AP/PRES/CCI

2.2- ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO

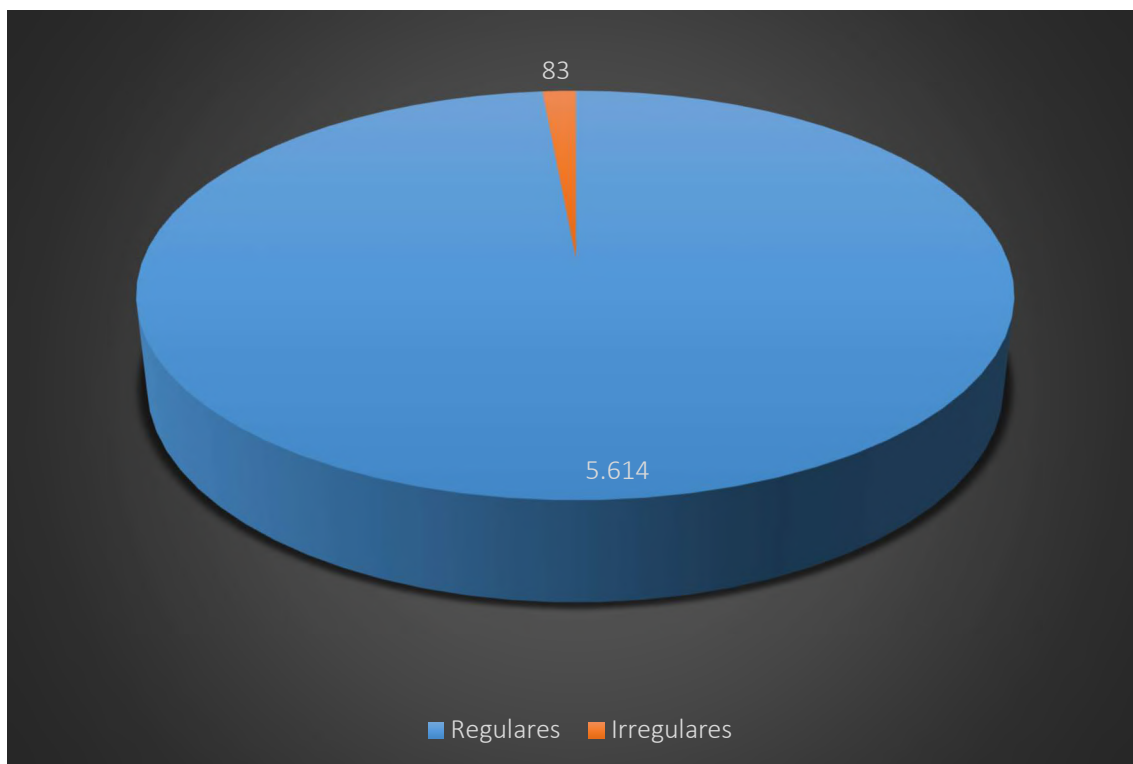
Abaixo estão destacadas as atividades desenvolvidas pela SAOG, com os respectivos resultados, cuja fonte é o Sistema de Análise de Processos - SAP:

2.2.1-PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ANALISADOS

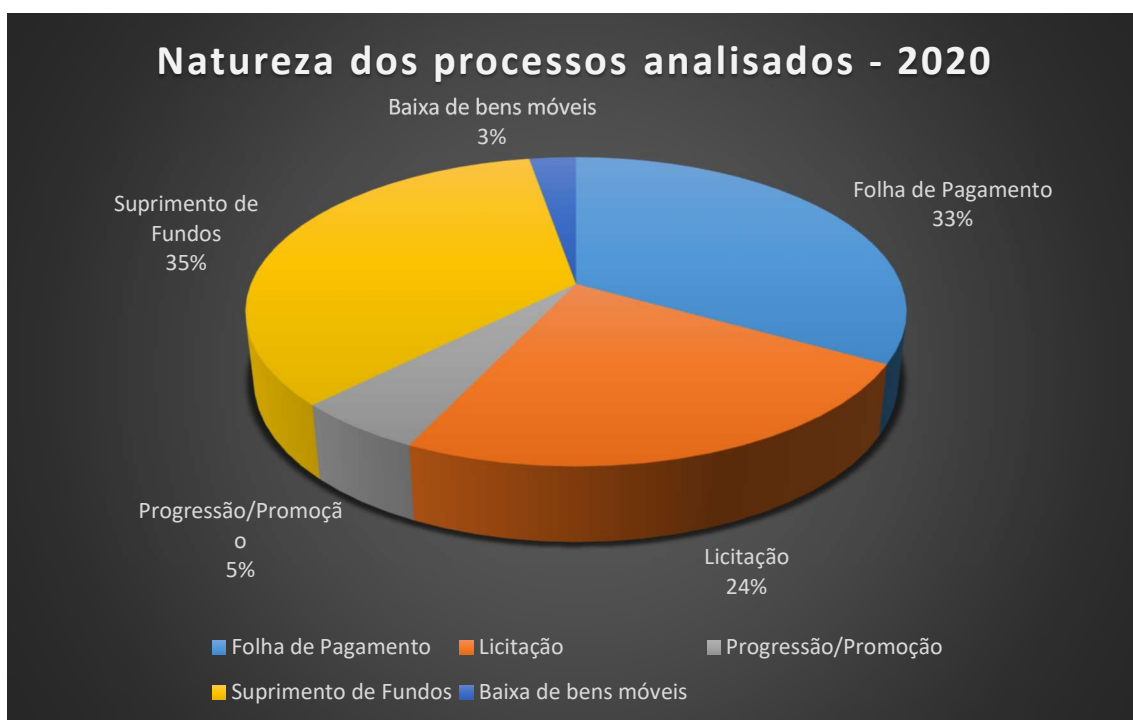
Este gráfico mostra os quantitativos de procedimentos administrativos que tramitaram e que foram analisados pela equipe da CCI em 2020:



2.2.2- ITENS ANALISADOS



2.2.3- NATUREZA DOS PROCESSOS ANALISADOS



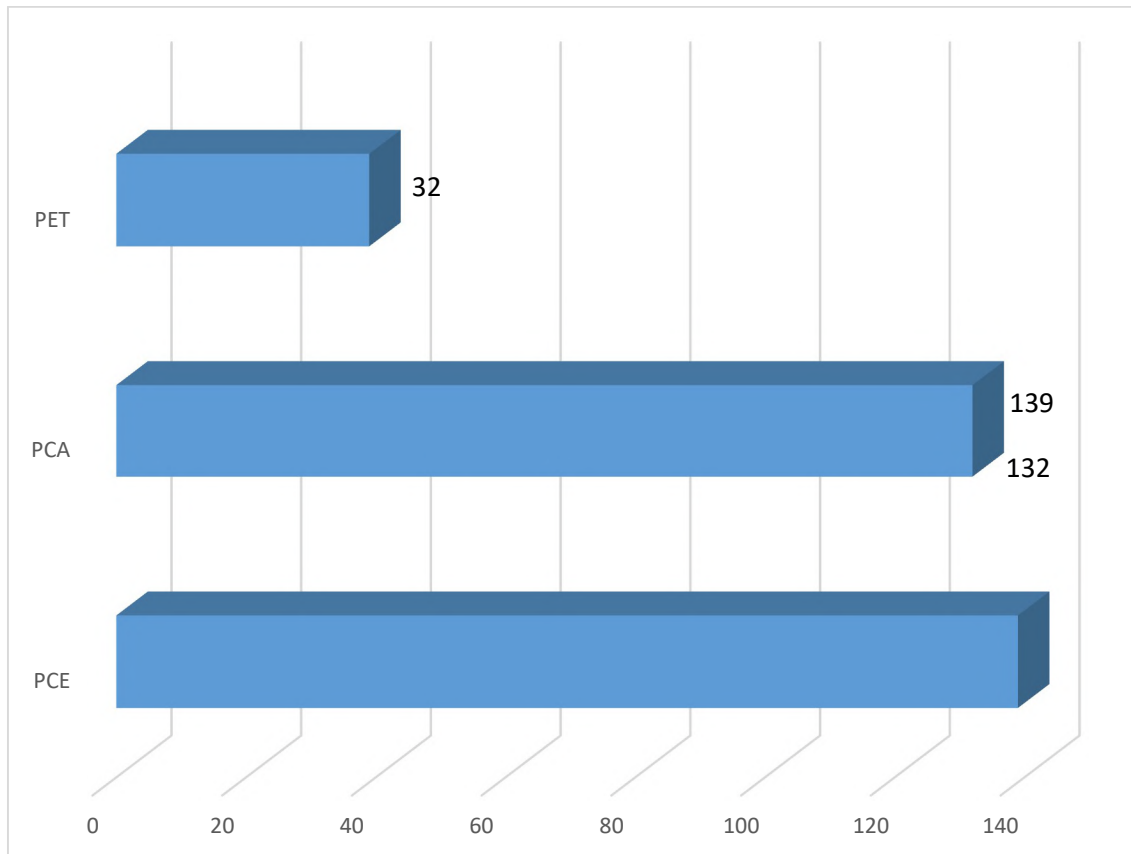
2.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

Os gráficos a seguir retratam a atuação da CCI em 2020 no que concerne às atribuições de análises das prestações de contas das direções partidárias estaduais e municipais e de candidatos,

relativamente às prestações de contas anuais e de campanhas eleitorais, sendo que no exercício em referência, transitaram pela CCI 171 processos, foram feitas 310 intervenções (manifestações/informações/pareceres) e atuaram 6 servidores desta UCI:

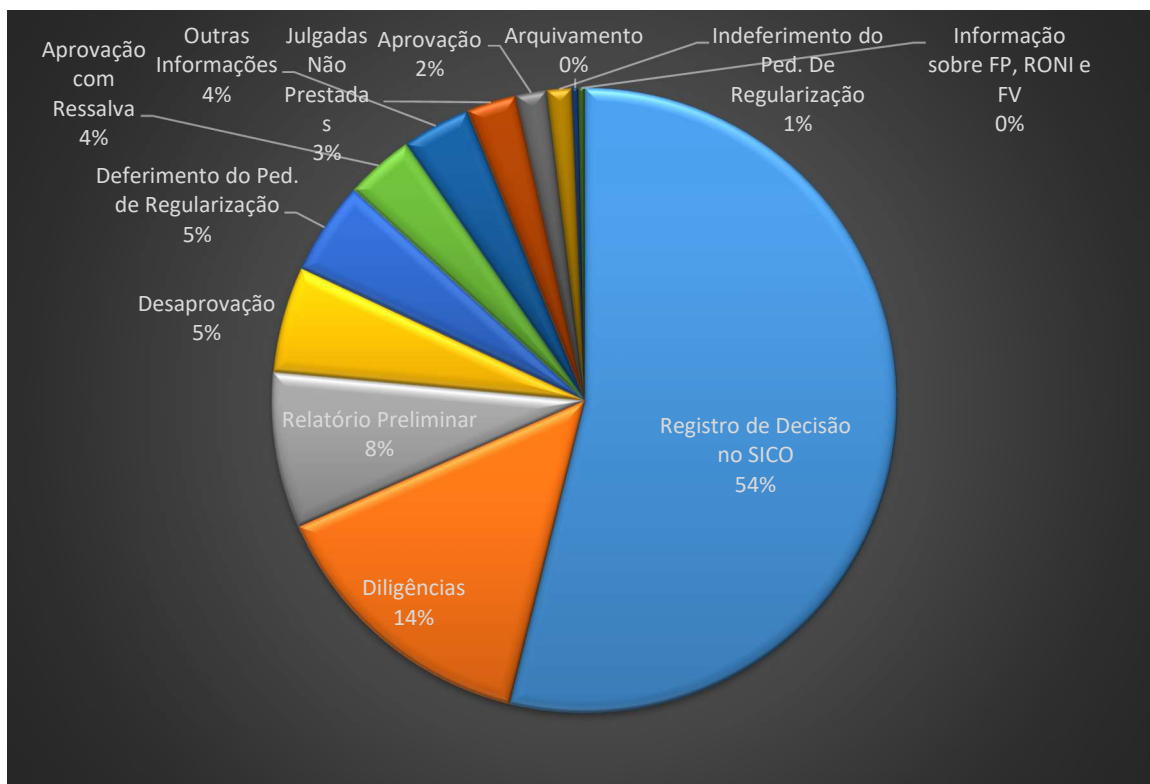
2.3.1- PROCESSOS ANALISADOS POR TIPO

O gráfico abaixo mostra um panorama dos processos que tramitaram e foram analisados na CCI em 2020:



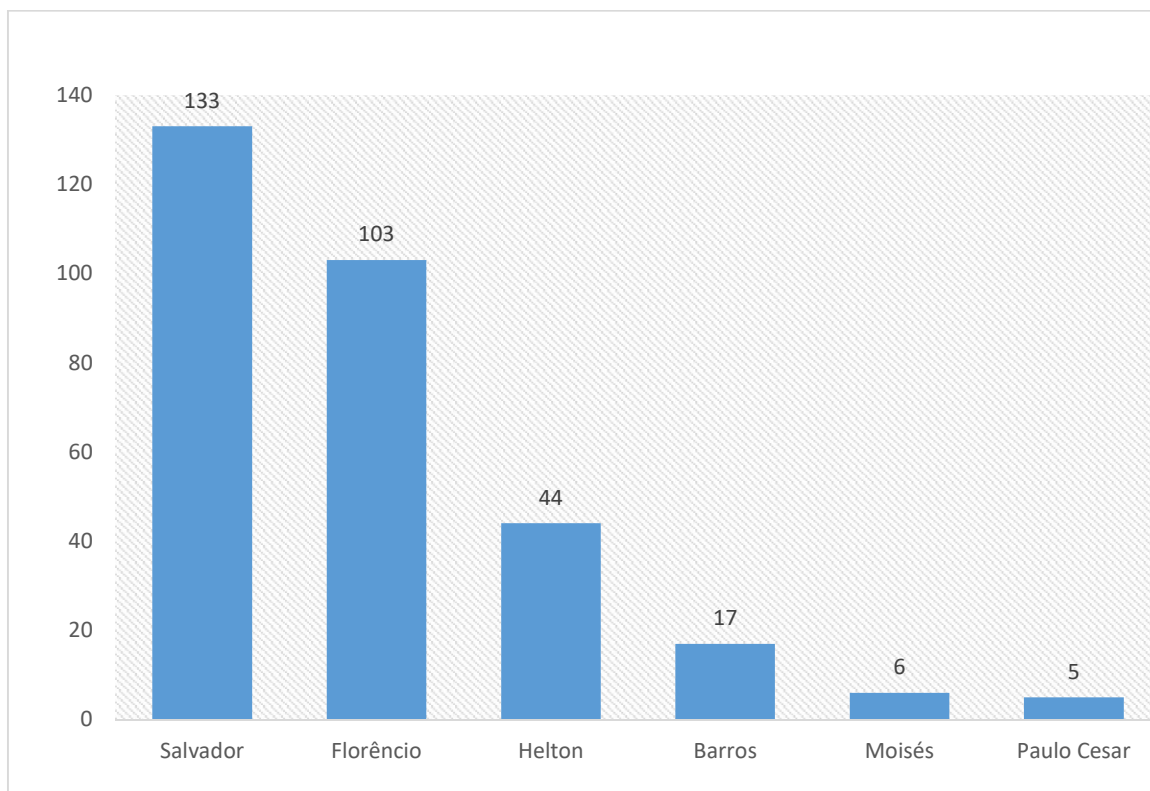
2.3.2- INTERVENÇÕES REALIZADAS NOS PROCESSOS

A seguir temos o gráfico mostrando o resultado das análises e recomendações da equipe da CCI nos processos de prestação de contas eleitorais e partidárias em 2020:



2.3.3- PRODUÇÃO DA EQUIPE

O gráfico a seguir mostra a atuação da equipe da CCI nas análises dos processos de prestação de contas eleitorais e partidárias no ano de 2020:



Anexo II – Relatório de Demonstrações Contábeis

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: SEÇÃO DE CONTABILIDADE – TRE/AP



CONTADORA RESPONSÁVEL: Lucélia Cunha Moraes, CRC Nº 011317/O-1

A Setorial de Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá está localizada na Coordenadoria de Orçamento e Finanças, vinculada à estrutura da Secretaria de Administração e Orçamento-SAO. A unidade é responsável, dentre outras atribuições, pela conformidade dos documentos que dão suporte ao registro das despesas no SIAFI e acompanhamento das movimentações de saldos nas contas contábeis, com análise mensal dos saldos do balancete e seu registro de conformidade.

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela Unidade Jurisdicionada registram todos os atos e fatos objetos de registro contábil, ocorridos no exercício 2020 e observam fielmente as normas vigentes, em especial a Lei nº 4.320/64, Lei nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Demonstrações Contábeis apresentadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá:

- **Balanco Orçamentário**
- **Balanco Patrimonial**
- **Balanco Financeiro**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Declaração do Contador

DECLARO que os demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2020, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão, com as devidas ressalvas apresentadas em notas explicativas.

Declaro ainda que a conformidade contábil é registrada mensalmente no SIAFI, após análise dos saldos do balancete.

Macapá-AP, 25 de fevereiro de 2021.

Lucélia Cunha Moraes

CRC Nº 011317/O-1

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT			63.538.348,22	63.538.348,22
TOTAL	-	-	63.538.348,22	63.538.348,22

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	52.428.437,00	52.803.074,00	60.600.119,03	60.191.541,87	60.163.530,15	-7.797.045,03
Pessoal e Encargos Sociais	38.997.191,00	40.572.621,00	42.817.461,86	42.408.884,70	42.408.884,70	-2.244.840,86
Outras Despesas Correntes	13.431.246,00	12.230.453,00	17.782.657,17	17.782.657,17	17.754.645,45	-5.552.204,17
DESPESAS DE CAPITAL	454.700,00	2.938.282,00	2.938.229,19	2.938.229,19	2.938.229,19	52,81
Investimentos	454.700,00	2.938.282,00	2.938.229,19	2.938.229,19	2.938.229,19	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.027,00					
SUBTOTAL DAS DESPESAS	52.934.164,00	55.741.356,00	63.538.348,22	63.129.771,06	63.101.759,34	-7.796.992,22
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	52.934.164,00	55.741.356,00	63.538.348,22	63.129.771,06	63.101.759,34	-7.796.992,22
TOTAL	52.934.164,00	55.741.356,00	63.538.348,22	63.129.771,06	63.101.759,34	-7.796.992,22

DESPESAS EMPENHADAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA



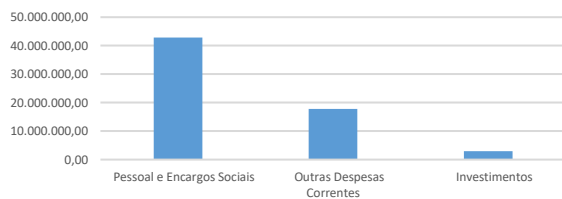
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	558.985,32	364.722,58	364.722,58	194.262,74	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	382.970,29	199.883,20	199.883,2	183.087,09	-
Outras Despesas Correntes	-	176.015,03	164.839,38	164.839,38	11.175,65	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	211.655,1	211.655,10	211.655,10	-	-
Investimentos	-	211.655,1	211.655,10	211.655,10	-	-
TOTAL	-	770.640,42	576.377,68	576.377,68	194.262,74	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

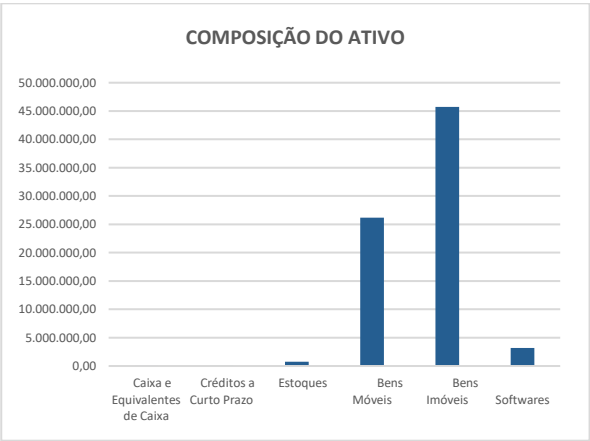
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.539,10	1.325,71	1.325,71		2.539,10
Outras Despesas Correntes	2.539,10	1.325,71	1.325,71		2.539,10
DESPESAS DE CAPITAL		490.774,47	490.774,47		
Investimentos		490.774,47	490.774,47		
TOTAL	938,02	40.306,36	38.705,28		2.539,10

DESPESAS EMPENHADAS NOS EXERCÍCIO POR GRUPO DE DESPESAS



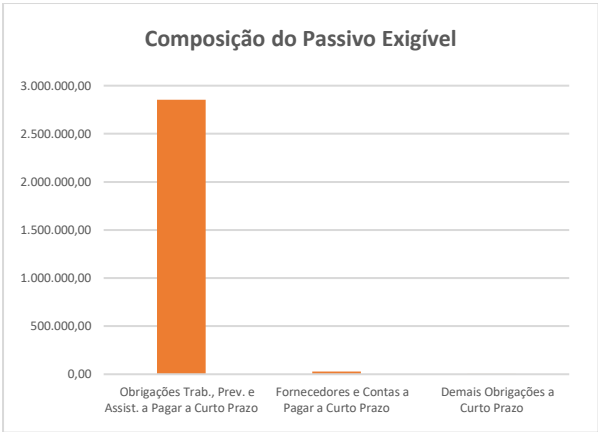
2.BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	840.760,33	942.069,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.011,72	511.201,94
Créditos a Curto Prazo	64.470,10	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		36.438,04
Estoques	748.278,51	394.429,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	60.850.979,88	60.058.527,20
Imobilizado	57.693.133,42	57.470.261,88
Bens Móveis	13.309.688,75	13.278.970,36
Bens Móveis	26.178.283,21	26.382.522,99
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-12.868.594,46	-13.103.552,63
Bens Imóveis	44.383.444,67	44.191.291,52
Bens Imóveis	45.755.941,67	45.755.941,67
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.372.497,00	-1.564.650,15
Intangível	3.157.846,46	2.588.265,32
Softwares	3.157.846,46	2.404.931,32
Softwares	3.163.935,14	2.404.931,32
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.088,68	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		183.334,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		183.334,00
TOTAL DO ATIVO	61.691.740,21	61.000.596,34



VALORES EM UNIDADES DE REAL

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	2.883.941,56	2.220.093,93
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.853.390,74	1.725.454,65
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29.612,80	493.701,26
Demais Obrigações a Curto Prazo	938,02	938,02
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.883.941,56	2.220.093,93
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Resultados Acumulados	58.807.798,65	58.780.502,41
Resultado do Exercício	91.245,26	-903.221,53
Resultados de Exercícios Anteriores	58.780.502,41	61.439.537,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	-63.949,02	-1.755.813,85
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.807.798,65	58.780.502,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.691.740,21	61.000.596,34



3.BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM UNIDADES DE REAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Transferências Financeiras Recebidas	63.687.226,8	55.738.469,25	Despesas Orçamentárias	63.538.348,22	56.070.683,60
Resultantes da Execução Orçamentária	63.187.163,78	55.303.093,24	Ordinárias	58.015.638,43	54.327.409,60
Sub-repasse Recebido	63.187.163,78	55.303.093,24	Vinculadas	5.522.709,79	1.743.274,00
Independentes da Execução Orçamentária	500.063,02	435.376,01	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.464.950,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	499.883,20	435.376,01	Previdência Social (RPPS)	2.389.881,00	1.743.274,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	179,82		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.667.878,79	
Recebimentos Extraorçamentários	1.178.368,54	1.623.415,21	Transferências Financeiras Concedidas	721.223,56	323.636,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	28.011,72	492.100,18	Independentes da Execução Orçamentária	721.223,56	323.636,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	408.577,16	770.640,42	Movimento de Saldos Patrimoniais	721.223,56	323.636,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.735,92	37.037,86	Pagamentos Extraorçamentários	1.089.213,78	783.430,48
Outros Recebimentos Extraorçamentários	721.043,74	323.636,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	492.100,18	38.705,28
Arrecadação de Outra Unidade	721.043,74	323.636,75	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	576.377,68	707.687,34
Saldo do Exercício Anterior	511.201,94	327.068,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.735,92	37.037,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	511.201,94	327.068,31	Saldo para o Exercício Seguinte	28.011,72	511.201,94
			Caixa e Equivalentes de Caixa	28.011,72	511.201,94
TOTAL	65.376.797,28	57.688.952,77	TOTAL	65.376.797,28	57.688.952,77

4.DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	66.494.535,21	56.242.941,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	1.234,66
Juros e Encargos de Mora	-	1.234,66
Transferências e Delegações Recebidas	65.534.605,59	55.738.469,25
Transferências Intragovernamentais	63.687.226,80	55.738.469,25
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.847.378,79	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	238.882,37	180.835,23
Reavaliação de Ativos	-	180.835,23
Ganhos com Incorporação de Ativos	55.398,07	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	183.484,30	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	721.047,25	322.402,09
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	721.047,25	322.402,09
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.403.289,95	57.146.162,76
Pessoal e Encargos	42.717.721,14	38.896.598,47
Remuneração a Pessoal	35.038.728,23	32.258.033,87
Encargos Patronais	5.595.075,67	4.834.881,65
Benefícios a Pessoal	1.738.197,24	1.803.682,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	345.720,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.012.470,80	2.408.746,08
Aposentadorias e Reformas	2.528.337,84	2.076.978,76
Pensões	461.498,96	330.448,82
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.634,00	1.318,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.582.017,82	14.894.387,41
Uso de Material de Consumo	1.825.446,29	634.890,89
Serviços	13.799.185,49	11.351.667,96
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.957.386,04	2.907.828,56
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3,51	-
Descontos Financeiros Concedidos	3,51	-
Transferências e Delegações Concedidas	897.483,02	323.636,75
Transferências Intragovernamentais	721.223,56	323.636,75
Outras Transferências e Delegações Concedidas	176.259,46	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.162.974,27	574.047,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.850.694,94	-
Desincorporação de Ativos	312.279,33	574.047,58
Tributárias	17.162,13	2.751,28
Contribuições	17.162,13	2.751,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.457,26	45.995,19
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	13.457,26	45.995,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	91.245,26	-903.221,53

NOTAS EXPLICATIVAS:

Nota 1 – Ativo Imobilizado

Bens Móveis		Bens Imóveis		Softwares, Marcas e Patentes
Valor Bruto	26.178.283,21	Valor Bruto	45.755.941,67	3.163.935,14
Depreciação	(12.868.594,46)	Depreciação	(1.372.497,00)	(6.088,68)

Os elementos do ativo imobilizado expostos no quadro acima representam a totalidade do patrimônio físico e intangível da UJ, necessários e suficientes para o funcionamento de 10 zonas eleitorais, 04 postos avançados e a sede do TRE-AP. Ressalte-se que a conta de Bens Imóveis é composta apenas pelo custo de construção das obras, sem o valor dos terrenos, os quais ainda precisam ser transferidos para a União por processo de doação pelos municípios onde os imóveis encontram-se localizados.

No que diz respeito ao grupo Intangível, destacamos que no exercício 2020 iniciou-se o processo de amortização para elementos de Software, por sistema eletrônico desenvolvido no módulo Intangível do sistema ASI Web.

Nota 2 – Passivo Exigível - Férias de servidores

No passivo exigível o valor mais expressivo é representado por obrigações trabalhistas no valor de R\$-2.853.390,74, que representa o salário de férias e abono de férias, apropriados por competência no exercício e que ainda serão usufruídas pelos servidores. O registro da despesa por mês de competência cumpre à determinação do TCU contida no Acórdão nº 1322/2018 e disciplinadas da Orientação SOF/TSE Nº 10/2018, cumpridas integralmente pela UPC.

Nota 3 – Balanço Financeiro – Diferença de valores entre exercícios

Ao confrontar os valores das movimentações financeiras recebidas entre os exercícios, observa-se uma diferença significativa entre estes, igualmente no de que diz respeito à execução da despesa. Referida diferença a maior para o exercício mais recente se deve às despesas relacionadas diretamente com a realização das eleições municipais em 2020.

Nota 4 – Restos a Pagar

A inscrição de Restos a Pagar sofreu uma redução significativa em relação ao exercício anterior. Isso se deve a um esforço permanente, no sentido priorizar a execução orçamentária dentro do próprio exercício financeiro, evitando-se, na medida do possível, inscrições em Restos a Pagar. Igualmente também foi registrada a redução dos Restos a Pagar Processados.

Nota 5 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Desde o ano de 2010, a Unidade Jurisdicionada cumpre integralmente à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, seguindo ainda as diretrizes contidas na Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010. O cálculo da depreciação é totalmente informatizado, feito no sistema ASI Web e conciliado mensalmente.

Atualmente, todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual.

O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I, aplicável a toda a justiça eleitoral.

- Bens Móveis

Não houve grande alteração em relação ao exercício anterior, destacando que a conta de depreciação acumulada desse grupo de bens representa quase metade do valor bruto destes.

Apesar da relevância do valor da depreciação, cujo cálculo obedece a normativo de padronização, os bens móveis e equipamentos de informática encontram-se em perfeitas condições físicas e de uso, garantindo a continuidade das atividades e o bom funcionamento no atendimento ao cidadão e às atividades afetas à atuação da Justiça Eleitoral nesta unidade da federação.

O controle de localização, situação física do bem, responsáveis e demais controles são realizados no módulo Patrimônio do sistema ASI Web. Cumpre informar também que a UPC realiza anualmente levantamento de inventários.

- Bens Imóveis

O saldo de Bens Imóveis não apresentou alteração em relação ao exercício anterior, porém referidos valores ainda carecem ser confrontados com os sistema SPIU Net.

Destaque-se que houve uma redução no valor da Depreciação Acumulada, justificada pela necessidade de ajuste do valor majorado no exercício anterior quando ocorreu falha no processamento do arquivo de depreciação enviado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que gerou a contabilização de valores em duplicidade no exercício de 2019.

Cumpre ainda informar que a Unidade Jurisdicionada possui instalações imobiliárias próprias para todas as suas unidades administrativas, as quais encontram-se em perfeitas condições de funcionamento, contando, inclusive, com instalações de energia fotovoltaicas.

- Software e Marcas e Patentes

A UJ possui um Intangível no valor bruto de R\$-3.163.935,14 representando as tecnologias de softwares adquiridas no mercado para viabilizar a operacionalização, controle, segurança e agilidade dos procedimentos afetos às áreas fins e meio de atuação da Justiça Eleitoral.

Destacamos que no exercício 2020 iniciou-se o processo de amortização desses bens, porém o valor registrado no balanço sob esse título é parcial e diz respeito apenas às amortizações dessa categoria de bens adquiridos no exercício, havendo ainda que ser realizado o levantamento do cálculo da amortização acumulada dos demais itens de softwares adquiridos antes de 2020.

A amortização dos itens de softwares está contida na Orientação SOF/TSE nº 12/2019.

Nota 6 – Relativamente à aplicação da NBC T 16.10 e à mensuração de ativos e passivos, a UJ tem adotado os seguintes procedimentos:

- Material de consumo em almoxarifado: tem-se adotado a mensuração com base no custo de aquisição, registrando-se no SIAFI e no sistema ASI Web as movimentações diárias ocorridas, elaborando-se ao final de cada mês o Relatório Mensal de Movimentação de Almoxarifado – RMA e o batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade (SIAFI);

- **Bens móveis:** são registrados pelo custo de aquisição, com registro mensal da depreciação e elaboração mensal de Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade (SIAFI);
- **Bens imóveis:** são registrados pelo custo de construção somado ao valor do terreno, porém alguns imóveis foram registrados apenas pelo custo de construção, sem o registro do valor do terreno. Isso ocorreu porque a quase totalidade dos terrenos foram recebidos em doação das prefeituras onde estão localizados e a documentação de doação ainda se encontra incompleta.
- **Passivos decorrentes da execução de contratos:** são empenhados pelo valor dos contratos, na proporção da execução no exercício;
- **Passivos de pessoal por insuficiência de crédito/recursos:** não houve valor a ser registrado sob esse título;
- **Passivos contingentes:** não foram identificados passivos contingentes que ameacem a gestão orçamentária e financeira.